14

Série Avaliação de Políticas e Programas do BNB

FNE-MPE

Avaliação da Execução e de Resultados

Maria Inez Simões Sales – Coordenadora
Iracy Soares Ribeiro Maciel
Jane Mary Gondim de Souza

Banco do Nordeste

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A (BNB)
Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene)
Célula de Avaliação de Políticas e Programas (Capp)

FNE-MPE

AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO E DE RESULTADOS

Fortaleza, 2019
Etene - Capp

Presidente:
Romildo Carneiro Rolim

Diretores:
Antônio Rosendo Neto Júnior
Cláudio Luiz Freire Lima
Cornélio Farias Pimentel
Perpétuo Socorro Cajazeiras
Sandra dos Santos Souza Lisboa

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene):
Economista-Chefe: Luiz Alberto Esteves
Gerente: Tibério Rômulo Romão Bernardo

Célula de Avaliação de Políticas e Programas (Capp):
Gerente Executivo: Marcos Falcão Gonçalves

Equipe Técnica:
Maria Inez Simões Sales - Coordenadora
Iracy Soares Ribeiro Maciel
Jane Mary Gondim de Souza

Colaboração:
Diego Rafael Fonseca Carneiro (pesquisador CNPq)

Unidades Colaboradoras:
Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito
Ambiente de Negócios com Micro e Pequena Empresa
Ambiente de Políticas de Desenvolvimento
Centro de Relacionamento com Clientes e de Informação ao Cidadão

Revisão Vernacular:
Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene)
Hermano José Pinho

Depósito Legal junto à Biblioteca Nacional conforme a Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004
Copyright©2009 Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Sales, Maria Inez Simões

FNE - MPE - Avaliação da Execução e de Resultados / Maria Inez Simões Sales – Fortaleza : Banco do Nordeste do Brasil, 2019.

96 p. : il., (Série Avaliação de Políticas e Programas do BNB, nº 14).

ISBN: 978-65-990658-0-4

1. Avaliação de programa de financiamento. 2. Desenvolvimento econômico regional. 3. Programa de financiamento a micro e pequenas empresas.

CDD 332.6

Este trabalho já foi parcialmente publicado como artigo na RPPI - Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais v. 4, n. 2, 2019

RESUMO

Este trabalho consiste em uma pesquisa avaliativa da execução e de resultados do Programa de Financiamento a Micro e Pequenas Empresas (Programa FNE-MPE), criado e operacionalizado pelo Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB), no período compreendido entre 2009 e 2017.

O desenvolvimento dessa avaliação se justifica pela importância do Programa para os pequenos negócios localizados na área de atuação do FNE. Desde a sua criação em 2009 até o final de 2018, já foram realizadas 212.927 operações e contratados R$ 18,2 bilhões[1] em financiamentos para implantação, manutenção, expansão, reforma, modernização e relocalização desses empreendimentos com condições diferenciadas.

O processo metodológico consistiu na aplicação de um modelo de avaliação interna, não experimental, a partir da coleta de dados primários e secundários, com a finalidade de responder à indagação sobre até que ponto o Programa FNE-MPE cumpriu o objetivo para o qual foi criado. Na avaliação da execução, foram coletados e tratados dados nos sistemas operacionais do BNB, com a finalidade de inferir se os financiamentos concedidos atenderam às diretrizes estabelecidas pelo Fundo em suas programações anuais. A avaliação de resultados, desenvolvida a partir de pesquisas documental e de campo, teve por objetivo analisar se as contratações realizadas atenderam às finalidades do crédito e quais as melhorias implementadas após os créditos concedidos, referentes a: produção; vendas; faturamento; acesso a mercados; patrimônio; modernização; gestão; e geração de ocupação. A partir do tratamento e análise dos dados, foi possível inferir que os financiamentos, em sua grande parte, atenderam ao planejamento anual; os créditos concedidos contribuíram para o crescimento e manutenção das empresas; e os melhores resultados das empresas ocorreram quando, aos créditos, foram agregadas ações de melhoria tecnológica, administrativa ou de vendas.

1 Valores atualizados pelo IGP-DI para 31.12.2018.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - MARCO LEGAL RELACIONADO COM AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS 17

QUADRO 2 - FNE-MPE: HISTÓRICO DAS ATUALIZAÇÕES (2009 - 2017).....36

QUADRO 3 - ESTRUTURA DA PESQUISA AVALIATIVA.....40

QUADRO 4 - MUDANÇAS NO QUADRO DE OCUPAÇÕES 73

QUADRO 5 - PROCEDIMENTOS DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL ADOTADOS PELAS MPE 77

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - ÁREA DE ATUAÇÃO DO BNB 30

FIGURA 2 - AGÊNCIAS DO BNB.....32

FIGURA 3 - MATRIZ DE ESTRUTURA LÓGICA PARA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA FNE-MPE 61

FIGURA 4 - ÁREA DE ATUAÇÃO DO BNB COM DESTAQUE PARA O SEMIÁRIDO.....63

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - OPTANTES DO SIMPLES NACIONAL - BRASIL (2007-2018).....21

GRÁFICO 2 - EVOLUÇÃO DA QUANTIDADE DE EMPRESAS E OUTRAS ORGANIZAÇÕES - BRASIL (2006-2017).....22

GRÁFICO 3 - CONCESSÃO DO CRÉDITO PARA PESSOA JURÍDICA POR PORTE (2016-2018).....27

GRÁFICO 4 - FNE-MPE: DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA POR VALOR DO FATURAMENTO.....44

GRÁFICO 5 - FATURAMENTO MÉDIO DAS EMPRESAS DA AMOSTRA E VALOR LIMITE DAS ME E EPP.....45

GRÁFICO 6 - DISTRIBUIÇÃO POR ANO DOS CNPJ SELECIONADOS PARA A PESQUISA DE CAMPO.....47

GRÁFICO 7 - RELAÇÃO ENTRE O PROJETADO VERSUS REALIZADO (2009-2017).....50

GRÁFICO 8 - DISTRIBUIÇÃO DOS VALORES CONTRATADOS NA ÁREA DE ATUAÇÃO DO FNE (2009-2017).....51

GRÁFICO 9 - DISTRIBUIÇÃO DAS OPERAÇÕES NA ÁREA DE ATUAÇÃO DO FNE (2009-2017).....51

GRÁFICO 10 - DISTRIBUIÇÃO DAS OPERAÇÕES POR LINHA DE FINANCIAMENTO (2009-2017).....54

GRÁFICO 11 - FNE-MPE POR FAIXA DE VALOR CONTRATADO (2009-2017) 55

GRÁFICO 12 - FNE-MPE: COMPARAÇÃO ENTRE ME E EPP - OPERAÇÕES CONTRATADAS POR FAIXA DE FATURAMENTO (2009-2017).....56

GRÁFICO 13 - FNE-MPE: COMPARAÇÃO ENTRE ME E EPP - VALORES CONTRATADOS POR FAIXA DE FATURAMENTO (2009-2017) 56

GRÁFICO 14 - FNE-MPE: COMPARAÇÃO ENTRE ME E EPP - OPERAÇÕES POR UF (2009-2017).....57

GRÁFICO 15 - FNE-MPE:COMPARAÇÃO ENTRE ME E EPP - VALORES CONTRATADOS POR UF (2009-2017) 57

GRÁFICO 16 - FNE-MPE: COMPARAÇÃO ME E EPP - VALOR MÉDIO POR OPERAÇÃO POR UF (2009-2017) 58

GRÁFICO 17 - FNE-MPE: COMPARAÇÃO ME E EPP - OPERAÇÕES CONTRATADAS POR SETOR ECONÔMICO (2009-2017).....58

GRÁFICO 18 - FNE-MPE: COMPARAÇÃO ME E EPP - VALORES CONTRATADOS POR SETOR ECONÔMICO (2009-2017).....59

GRÁFICO 19 - FNE-MPE: COMPARAÇÃO ME E EPP - VALORES CONTRATADOS ATÉ R$ 20 MIL (2009-2017) 59

GRÁFICO 20 - FNE-MPE: COMPARAÇÃO ME E EPP - VALORES CONTRATADOS ACIMA DE R$ 20 MIL (2009-2017).....60

GRÁFICO 21 - FNE-MPE: PERCENTUAL DOS VALORES CONTRATADOS NO SEMIÁRIDO POR FINALIDADE DO CRÉDITO (2009-2017) 64

GRÁFICO 22 - FNE-MPE:OPERAÇÕES CONTRATADAS POR FINALIDADE.....67

GRÁFICO 23 - FNE-MPE: VALORES CONTRATADOS POR FINALIDADE.....68

GRÁFICO 24 - FNE-MPE: PRINCIPAIS INVERSÕES - VALORES CONTRATADOS.....68

GRÁFICO 25 - FNE-MPE: OCUPAÇÕES POR FAIXA DE TEMPO DE CONSTITUIÇÃO 71

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - DISTRIBUIÇÃO DAS EMPRESAS POR FAIXA DE PESSOAL OCUPADO (2017) 23

TABELA 2 - EVOLUÇÃO DO VOLUME DOS CRÉDITOS BANCÁRIOS CONCEDIDOS (2009-2018) 26

TABELA 3 - PARTICIPAÇÃO DO BNB NA REDE BANCÁRIA E NOS FINANCIAMENTOS (OUT 2017) 31

TABELA 4 - FNE-MPE: DISTRIBUIÇÃO DO UNIVERSO DAS OPERAÇÕES POR ANO 42

TABELA 5 - FNE-MPE: DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO - CNPJ POR ANO 42

TABELA 6 - FNE-MPE: DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA POR ANO 43

TABELA 7 - DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA POR TEMPO DE CONSTITUIÇÃO DA EMPRESA 44

TABELA 8 - MÉDIA DO FATURAMENTO POR TEMPO DE CONSTITUIÇÃO 45

TABELA 9 - PESQUISA DE CAMPO: CONTATOS REALIZADOS PELO CENTRO DE RELACIONAMENTO 48

TABELA 10 - FNE-MPE: VALORES E OPERAÇÕES CONTRATADOS POR ANO (2009 - 2017).....50

TABELA 11 - PIB POR ESTADO NA ÁREA DE ATUAÇÃO DO FNE (2016).....52

TABELA 12 - QUANTIDADE DE ESTABELECIMENTOS POR ESTADO NA ÁREA DE ATUAÇÃO DO FNE.....52

TABELA 13 - OPERAÇÕES E VALORES CONTRATADOS DAS EMPRESAS DA AMOSTRA CUJOS SÓCIOS POSSUEM PARTICIPAÇÃO EM OUTRAS EMPRESAS (2009-2017) 65

TABELA 14 - OPERAÇÕES E VALORES CONTRATADOS POR FINALIDADE (2009-2017).....66

TABELA 15 - DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL OCUPADO POR TEMPO DE CONSTITUIÇÃO 70

TABELA 16 - DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL OCUPADO POR TIPO DE OCUPAÇÃO E POR TEMPO DE CONSTITUIÇÃO DAS EMPRESAS DA AMOSTRA.....70

TABELA 17 - QUADRO GERAL DE OCUPAÇÃO POR TIPO DE MPE....71

TABELA 18 - PERCEPÇÃO SOBRE O DESEMPENHO GLOBAL DA EMPRESA APÓS O FINANCIAMENTO 74

Sumário

INTRODUÇÃO 15

1 - O SEGMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS 20

2 - AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E O CRÉDITO BANCÁRIO 25

3 - O BNB E O FINANCIAMENTO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS 30

3.1. Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) 33

3.2. Progama FNE-MPE 35

4 - METODOLOGIA 39

4.1. Características da amostra 43

4.2. Escolha da ferramenta Call Center para a pesquisa de campo 46

5 - AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA FNE-MPE 49

5.1. Desempenho do Programa na área de atuação do FNE 49

5.2. Contratações por linha de financiamento 53

5.3. Contratações por faixas de valores contratados 54

5.4. Comparação entre as microempresas e as empresas de pequeno porte 55

6 - AVALIAÇÃO DE RESULTADOS DO PROGRAMA FNE-MPE 61

6.1. Desconcentração das operações e presença no Semiárido 62

6.2. Finalidade do crédito 66

6.3. Quadro das ocupações nas empresas beneficiárias 69

6.4. Percepção das mudanças ocorridas nas MPEs após o financiamento 72

6.5. Rendimentos e perdas não previstas 75

6.6. Expectativa de investimentos até 2023 77

CONSIDERAÇÕES FINAIS 78

REFERÊNCIAS 82

APÊNDICE A 88

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é apresentar o processo de avaliação da execução e de resultados do Programa de Financiamento a Micro e Pequenas Empresas (Programa FNE-MPE), operacionalizado pelo Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB), em sua área de atuação que compreende os nove estados da Região Nordeste, o Norte de Minas Gerais e o Norte do Espírito Santo, no período de 2009 a 2017.

Para implementá-lo, foi necessário compreender o Programa FNE-MPE e sua vinculação com as políticas públicas de Estado[1], voltadas para promover o desenvolvimento e reduzir as desigualdades regionais, fortalecer e incentivar os pequenos negócios, e gerar ocupação e renda.

O FNE é uma política pública instituída pelo artigo 159 da Constituição Federal de 1988.

As dificuldades e os entraves para a implementação de políticas públicas foram analisados por especialistas que enfatizaram que "desde a década de 1970, o estudo de políticas públicas indica haver algo como que um "elo perdido", situado entre a tomada de decisão e a avaliação dos resultados: a implementação. Constitui-se de um processo interativo em contínuo movimento, uma estrutura de relações de grande complexidade e dinamismo acelerado" (RUA, 1998).

1 Uma política pública pode tanto ser parte de uma política de Estado como de uma política de Governo. Uma **política de Estado** é toda política que independe do governo e do governante, pois se encontra amparada por leis específicas ou pela Constituição. Uma **política de Governo** pode depender da alternância de poder. Cada governo tem seus projetos, que por sua vez se transformam em políticas públicas. (OLIVEIRA, 2011).

Como explica Holanda (2006, p. 34);

> *"Problemas complexos devem ser tratados por meio de uma sistemática de planejamento, que consiste em um instrumento de gestão e de aplicação sistemática do conhecimento para buscar caminhos, visando "corrigir ou neutralizar" falhas do mercado, "romper com o círculo vicioso do subdesenvolvimento" ou promover o crescimento econômico com justiça social. Para que esses anseios se tornem tangíveis é necessário transformar os objetivos, estratégias e metas, em programas e projetos, ou seja, em um conjunto de ações interrelacionadas para solucionar determinado problema identificado como uma "carência social importante".*

A partir de meados dos anos 1980, se intensificou a tendência de aumento dos índices de desemprego em decorrência das crises econômicas, da implementação de novas tecnologias de produção e da abertura de mercados. Essa foi a ambiência que motivou algumas iniciativas para a construção de tais políticas.

Na Constituição Federal de 1988, foram incluídos dispositivos para fortalecer as empresas de pequeno porte e combater as desigualdades regionais, por meio da criação dos Fundos Constitucionais, voltados para atender, com recursos financeiros estáveis, as atividades produtivas nas áreas mais carentes do país (as regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste).

O FNE foi criado a partir do artigo 159[2] da Constituição de 1988, sendo regulamentado pela Lei Complementar 7.827/1989, que estabeleceu em seu artigo 2º que a sua execução ficaria a cargo de instituição financeira federal de caráter regional. O BNB passou então a ser órgão administrador do FNE em conjunto com o Ministério do Desenvolvimento Regional[3](MDR) e o Conselho Deliberativo da Sudene (Condel).

2 Art 159, item i, alínea c) com o seguinte texto:" três por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao Semiárido do Nordeste a metade dos recursos destinados à região, na forma que a lei estabelecer".

3 O Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) integra diversas políticas públicas de infraestrutura urbana e de promoção do desenvolvimento regional, substituindo os antigos Ministérios das Cidades (MCid) e da Integração Nacional (MI).

Também ficou estabelecido na Carta Magna de 1988, em seus artigos 170 e 179, o tratamento favorecido e diferenciado para os pequenos empreendimentos, mas sua regulamentação só veio a ocorrer por meio das Leis Complementares 123/2006 e 128/2008.

A pressão por melhores condições para o desenvolvimento e expansão dos pequenos negócios remonta à década de 1960. Naquela época, foi criado o Grupo Executivo de Assistência às Pequenas e Médias Empresas (Geampe), com o objetivo de criar mecanismos para melhorar a produtividade do setor industrial. Foi a primeira tentativa de conduzir a questão dos pequenos negócios como política pública de Estado. Tal grupo foi instituído pelo Presidente Juscelino Kubitschek, sob a coordenação do sociólogo Guerreiro Ramos, resultando no documento *Problemas da Pequena e Média Empresas* (RAMOS, 1960). A partir daí, muitas iniciativas foram desenhadas, destacando-se as leis complementares subsequentes à Constituição de 1988, como a institucionalização do Simples enquanto sistema de arrecadação e suas atualizações e a promulgação da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (Quadro 1).

Quadro 1 – Marco legal relacionado com as micro e pequenas empresas

DATA	MARCO LEGAL	DESCRIÇÃO
1960	Grupo Executivo de Assistência às Pequenas e Médias Empresas (Geampe)	Define mecanismos para melhorar a produtividade do setor industrial;
1964	Programa de Financiamento à Pequena e Média Empresa (Fipeme), criado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE)	Prestação de assistência técnica, elaboração de projetos para a obtenção de financiamento e incentivos fiscais, treinamento de recursos humanos, elaboração de estudos e pesquisas setoriais;
1965	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) coordenou o Núcleo de Assistência Industrial (NAI)	Primeiro programa específico para o Nordeste para prestação de assistência técnica às empresas, elaboração de projetos para a obtenção de financiamento e incentivos fiscais, treinamento de recursos humanos, elaboração de estudos e pesquisas setoriais;
1967	Financiadora de Estudos e Projetos (Funtec), atual Finep	Financiamento de estudos e projetos para a pequena e média empresas;
1972	Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresas (Cebrae) , coordenado por um Conselho Deliberativo formado pela Finep, ABDE e BNDE	Criação dos programas Pronagro e o Propec para fortalecer o poder de competição da indústria nacional;

DATA	MARCO LEGAL	DESCRIÇÃO
1977	Programa de Apoio à Microempresa (Promicro)	Atendimento na área de tecnologia, crédito, mercado ou treinamento;
1984	Estatuto da Microempresa (Lei 7256/1984)	Reconhecimento do tratamento diferenciado para as micro e pequenas empresas e estabeleceu normas específicas para as empresas de tamanhos diferentes;
1988	Constituição Federal de 1988	Artigos 170 e 179
1996	Lei 9.317/ 1996	Instituição da classificação das empresas pelo faturamento; e criação do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples ou Simples Federal);
1999	Lei 9.841/1999	Instituição do Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;
2000	Decreto do Executivo 3.474	Criação do Fórum Permanente das Microempresas e Empresa de Pequeno Porte, com a finalidade de orientar e assessorar na formulação e coordenação da política nacional de desenvolvimento das MPEs;
2006	Lei Geral da MPE - Lei Complementar 123/2006	Instituição do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional;
2007	Lei 11.598/2007	Estabelece as diretrizes e os procedimentos para a simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas e cria a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim);
2008	Lei Complementar 128/2008	Criação do Microempreendedor Individual dando as condições para formalização e legalização do trabalhador autônomo, informal para faturamento até R$ 81 mil;
2016	Lei Complementar 155/2016	Atualiza parâmetro para definição das empresas de pequeno porte, baseada no limite anual da receita bruta. *Microempresa até R$ 360 mil; Pequena empresa acima de R$360 mil até R$4,8 milhões.*

Fonte: Sebrae (s.d.). Elaboração própria.

Desse modo, esta pesquisa avaliativa representa uma fotografia, não traduz uma realidade completa, mas indícios sobre um fenômeno e como ele foi apresentado e interpretado pelos pesquisadores. Assim, no primeiro capítulo, toma-se contato com o tema central da pesquisa, que consiste na importância do crédito bancário para manutenção ou crescimento das empresas de pequeno porte.

No segundo capítulo, descreve-se o objeto dessa pesquisa avaliativa, o Programa FNE-MPE e sua importância para o desenvolvimento da Região e dos pequenos negócios, uma vez que disponibiliza para esses estabelecimentos financiamento para implantação, manutenção, expansão, reforma, modernização e relocalização com recursos constitucionais e condições diferenciadas.

No terceiro capítulo, detalha-se o processo metodológico implementado, que consistiu na aplicação de um modelo de avaliação interna, não experimental, a partir da coleta de dados primários e secundários, com a finalidade de responder a indagação sobre até que ponto o FNE-MPE cumpriu o objetivo pelo qual foi criado.

Nos capítulos seguintes, são apresentadas as análises referentes à avaliação da execução e de resultados do Programa. Nesse momento, cumpre indagar até que ponto os créditos contratados foram suficientes para promover o crescimento dos empreendimentos? Para tanto, foram realizadas pesquisas documental e de campo, com a finalidade de inferir se os financiamentos concedidos atenderam às diretrizes estabelecidas pelo Fundo em suas programações anuais, e se os investimentos realizados promoveram melhorias na produção; vendas; faturamento; acesso a mercados; patrimônio; modernização; melhorias na gestão; e geração de ocupação.

1 - O SEGMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Segundo o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar 123/2006 (popularmente conhecida como Lei Geral da MPE), e atualizado pela Lei Complementar 155/2016, as microempresas são as pessoas jurídicas que possuem um faturamento anual de no máximo R$ 360 mil, enquanto que as empresas de pequeno porte devem faturar acima de R$ 360 mil até R$ 4,8 milhões.

As micro e pequenas empresas caracterizam-se por formas de gestão, produção ou comercialização bastante heterogêneas.

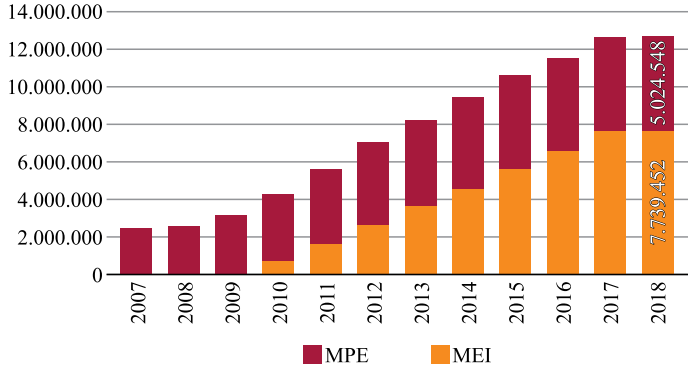
Esse segmento de empresas se caracteriza pela diversidade, heterogeneidade, dinamicidade e complexidade. Não possui uniformidade quanto às formas de organização ou quanto aos processos de gestão ou de produção. Em algumas delas, confundem-se as relações familiares e negociais. Muitas vezes localizadas na própria moradia, com muita frequência, as despesas se confundem e algum acontecimento fortuito é suficiente para inviabilizar a empresa. Em outras, identificam-se empreendimentos inovadores com estruturas organizacionais e de gestão fortalecidas e modernas (EVERTON JÚNIOR, 2017).

No entanto, é possível encontrar algumas peculiaridades comuns, facilmente identificadas no cotidiano urbano, como por exemplo: possuem grande proximidade com o cliente; os produtos ou serviços atendem às necessidades do dia a dia; o processo de gestão, muitas vezes, é centralizado, não há níveis hierárquicos de comando e concentra-se no proprietário; geralmente, o contador é o único profissional que atende a empresa; possuem controles muitos simples e com alguma deficiência.

Antes dos anos 1990, coube aos negócios de pequeno porte um espaço complementar na economia, uma vez que operavam onde as empresas de médio e grande portes não atuavam ou para suprir necessidades específicas dessas empresas. Em virtude do acirramento da concorrência internacional, da evolução da tecnologia de produção e de sucessivas crises econômicas, gerando como consequência o aumento significativo de desempregados, criou-se uma ambiência favorável para surgimento dos pequenos negócios, pela necessidade daqueles que estavam sem trabalho e por estímulos das políticas governamentais como alternativa para geração de ocupação amortecendo, assim, o problema do desemprego crescente (BERNARDO et.al., 2013).

De acordo com as estatísticas da Receita Federal, os optantes do Simples Nacional (empresas ativas e inativas) somavam 12.764.000, em 31/12/2018, dos quais 60,64% eram MEI e 39,36% MPE.

Gráfico 1 – Optantes do Simples Nacional - Brasil (2007-2018)



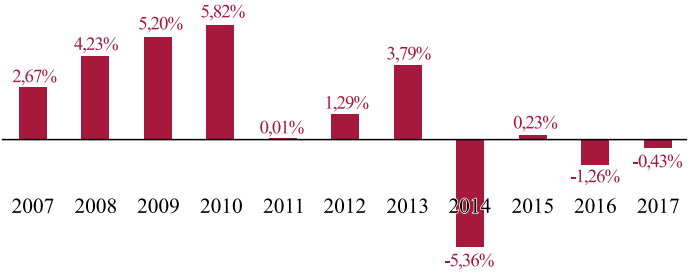
Fonte: Receita Federal. Elaboração própria.

Nos últimos cinco anos, a média de crescimento das MPE foi de 2% ao ano, sendo que em 2015 houve uma redução de 1%, enquanto o MEI, vem crescendo em média 17% ao ano, mesmo incluindo o ano de 2018 quando ocorreu 2.205.248 baixas, quantidade muito superior às baixas anuais que em média ficavam em torno de 600 a 700 mil. Tais índices sugerem que ocorreu a formalização de uma grande massa de trabalhadores por conta própria que atuavam na informalidade, além de muitos microempresários que mudaram o tipo de constituição da empresa, optando pelas condições

mais vantajosas do MEI no que se refere à redução do peso dos encargos, no entanto as baixas têm sido significativas.

Outro levantamento sobre a evolução da quantidade de empresas, exceto MEI, no Brasil, é realizado anualmente pelo IBGE, onde se verifica que, após a promulgação da Lei Geral das MPE em 2006, a taxa de crescimento da quantidade de empresas e outras organizações cresceu, significativamente, chegando a 5,82% (2010), seguindo-se um período de menor crescimento até 2013. A queda abrupta em 2014 se deve à crise econômica, e cujos impactos foram desacelerando nos anos seguintes, mas ainda não alcançou os índices de crescimento dos anos anteriores[4].

Gráfico 2 – Evolução da quantidade de empresas e outras organizações - Brasil (2006-2017)



Fonte: IBGE (2019). Elaboração própria.

Destacando as empresas ativas, exceto MEI, segundo o documento *Estatísticas do Cadastro Central de Empresas - Cempre*, o total de empresas e outras organizações no Brasil era de aproximadamente 5 milhões, em 2017, sendo que as entidades empresariais representaram 90% desse conjunto, seguidas das entidades sem fins lucrativos 9,6% e os órgãos da administração pública 0,4% (IBGE, 2019). Ao classificá-las segundo a faixa de pessoal ocupado, as unidades com até 49 pessoas ocupadas correspondiam

4 Entre 2007 e 2017, a economia brasileira apresentou dois períodos de recessão. Em 2009, o crescimento anual do PIB foi -0,1%, resultado influenciado pela queda das exportações (-9,2%) e da formação bruta de capital fixo (-2,1%). Nos anos de 2015 e2016, registraram-se reduções de 3,5% e 3,3%, respectivamente, refletindo o recuo de todos os componentes da demanda agregada, exceto das exportações. Em comparação ao ano de 2016, o PIB de 2017 cresceu 1,1%, em termos reais, registrando um cenário de baixo crescimento após período de desaceleração e recessão. (IBGE, 2019, p.24).

a 98,28%. Apesar do predomínio quantitativo das unidades de menor porte, as que apresentaram as maiores participações de pessoal ocupado total (46,61%) e pessoal ocupado assalariado (53,66%), tinham 250 ou mais pessoas ocupadas (Tabela 1).

Tabela 1 – Distribuição das empresas por faixa de pessoal ocupado (2017)

FAIXAS DE PESSOAL OCUPADO	EMPRESAS E OUTRAS ORGANIZAÇÕES		PESSOAL OCUPADO		PESSOAL ASSALARIADO	
0 a 4	3 641 378	72,41%	6 396 492	12,32%	2 092 622	4,64%
5 a 9	761 911	15,15%	4 931 245	9,49%	3 621 667	8,04%
10 a 19	374 754	7,45%	4 943 060	9,52%	4 102 023	9,10%
20 a 29	97 277	1,93%	2 309 319	4,45%	2 135 974	4,74%
30 a 49	67 445	1,34%	2 538 800	4,89%	2 430 400	5,39%
50 a 99	43 212	0,86%	2 957 371	5,69%	2 886 134	6,40%
100 a 249	23 657	0,47%	3 654 171	7,04%	3 616 634	8,02%
250 a 499	9 612	0,19%	3 348 186	6,45%	3 335 202	7,40%
500 e mais	9 863	0,20%	20 860 607	40,16%	20 849 656	46,26%
TOTAL	**5 029 109**	**100,00%**	**51 939 251**	**100,00%**	**45 070 312**	**100,00%**

Fonte: IBGE (2019). Elaboração própria.

Outro aspecto muito importante relacionado com os negócios de pequeno porte diz respeito à sobrevivência dessas empresas. Um estudo do Sebrae (2016) identificou a fragilidade desses empreendimentos frente à complexidade do mercado e da dinâmica da economia. Segundo aquele estudo, tomando como referência as empresas brasileiras, sem identificação de porte, constituídas em 2012 e as informações sobre as empresas disponíveis na Secre-

As microempresas obtiveram uma taxa de 55% de sobrevivência e 45% de mortalidade e as empresas de pequeno porte 98% de sobrevivência e 2% de mortalidade nos primeiros dois anos de funcionamento.

taria da Receita Federal até 2014, a taxa de sobrevivência das empresas com até dois anos de atividade foi de 76,6%. Ao separar as empresas por porte, no último ano da pesquisa (2012), as microempresas obtiveram uma taxa de 55% de sobrevivência e 45% de mortalidade e as de pequeno porte 98% de sobrevivência e 2% de mortalidade, semelhante ao comportamento do MEI e ao das empresas de médio e grande portes.

O estudo abordou ainda os fatores determinantes da sobrevivência das empresas. Entre julho e agosto de 2016, o Sebrae realizou uma pesquisa de campo, por telefone, com 2.006 empresas, criadas nos anos de 2011 e 2012. A finalidade era identificar os fatores ou conjunto de fatores que determinam a sobrevivência ou a mortalidade das empresas. Como resultado da pesquisa, foi possível agrupar quatro grandes conjuntos de fatores: situação antes da abertura; planejamento do negócio; gestão do negócio; capacitação dos donos em gestão empresarial (Sebrae, 2006, p.74). Constatou-se que, entre as empresas que fecharam há uma proporção maior de empresários que:

- estavam desempregados antes de abrirem o negócio;
- tinham pouca experiência no ramo;
- abriram o negócio por necessidade ou exigência de um cliente ou fornecedor;
- tiveram menos tempo para planejar o negócio;
- não conseguiram negociar com fornecedores;
- não conseguiram empréstimos em bancos;
- não aperfeiçoavam seus produtos ou serviços;
- não investiam na capacitação;
- não faziam o acompanhamento rigoroso de receitas e despesas.

Mesmo diante desses entraves, os negócios de pequeno porte se constituem importantes unidades impulsionadoras da economia, necessitando de políticas públicas direcionadas. Segundo o Sebrae (2017), os estabelecimentos de pequeno porte geram ocupação, renda e riqueza para o País, respondem por cerca de 27% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. São as principais geradoras de riqueza no Comércio, já que respondem por 53,4% do PIB desse setor. Na Indústria, a participação das micro e pequenas é de 22,5%; já se aproxima das médias empresas que detêm 24,5%. E no setor de Serviços, mais de um terço da produção nacional (36,3%) têm origem nos pequenos negócios.

2 - AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E O CRÉDITO BANCÁRIO

Cacciamali (1997) destacou a insuficiência de capital e a capacitação técnico-administrativa dos proprietários dos negócios de pequeno porte como fatores que restringem o nível e a continuidade dessas atividades. Ressaltou que para criar as condições – produtividade e estratégias competitivas – para a manutenção e crescimento dos pequenos negócios a longo prazo, são necessários "intensificar a educação geral de qualidade, a formação e o desenvolvimento da vocação empresarial, assim como estabelecer mecanismos de acesso ao crédito, e, acima de tudo, de reforçar a confiança pública nos propósitos deste caminho*"* (CACCIAMALI, 1997, p.87).

Tomando os trabalhos elaborados pela autora, relacionados com o tema central dessa pesquisa, que consiste na importância do crédito para as MPEs, confirma-se que, na dinâmica capitalista, o acesso ao crédito é um condicionante na definição das estratégias de sobrevivência e expansão das MPEs. O papel do crédito e dos bancos, de forma particular, são primordiais na promoção de investimentos, principalmente aqueles direcionados para a inovação. O empresário inovador é aquele agente que mobiliza recursos produtivos e crédito para promover mudanças na organização produtiva. Os bancos se constituem agentes de mudanças na organização produtiva, e particularmente, para as empresas de pequeno porte. A relação entre o empresário e o crédito é fundamental no processo de desenvolvimento, seja para manutenção, crescimento ou implementação de melhorias. No entanto, essa relação não tem ainda a intensidade necessária (CACCIAMALI, 1997, p.85).

O empresário inovador é aquele que mobiliza recursos produtivos e crédito para promover mudanças (CACCIAMALI, 1997, p.85).

A evolução do crédito bancário no período em estudo, segundo a série do Banco Central, Relatório da Economia Bancária, acompanhou a dinâmica dos ciclos econômicos do período. Entre 2009 a 2014, observa-se um crescimento do volume total de crédito e um declínio bastante acentuado desse volume no período seguinte 2015-2018. Observa-se ainda, que, em 2018, os créditos com recursos livres não alcançaram o patamar de 2010, e os direcionados os de 2013 (Tabela 2).

Tabela 2 – Evolução do volume dos créditos bancários concedidos (2009-2018)

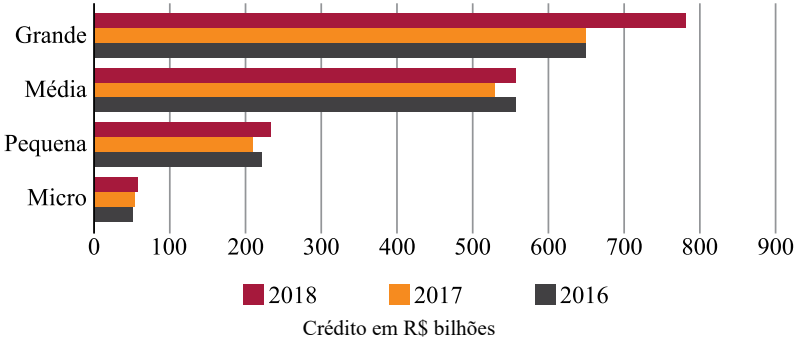
RECURSOS	2009	2010	2011	2012	2013
(1) Recursos livres	1.630,18	1.805,47	1.944,98	1.964,38	1.997,87
Crescimento	-	10,75%	7,73%	1,00%	1,70%
(2) Recursos direcionados	785,29	954,10	1.081,01	1.366,74	1.597,19
Crescimento	-	21,50%	13,30%	26,43%	16,86%
TOTAL (1)+(2)	**2.415,47**	**2.759,57**	**3.026,13**	**3.331,13**	**3.595,06**
RECURSOS	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**
(1) Recursos livres	1.984,81	1.927,31	1.662,97	1.676,84	1.757,80
Crescimento	**-0,65%**	**-2,90%**	**-13,72%**	0,83%	4,83%
(2) Recursos direcionados	1.812,53	1.862,45	1.655,38	1.594,41	1.499,90
Crescimento	13,48%	2,75%	**-11,12%**	**-3,68%**	**-5,93%**
TOTAL (1)+(2)	**3.797,34**	**3.789,64**	**3.318,45**	**3.271,25**	**3.257,70**

Fonte: BCB. Elaboração própria.
Nota: Valores em bilhões atualizados deflator IGP-DI FGV 2018.

Analisando-se o volume dos créditos concedidos por porte das empresas, no período de 2016 a 2018, observou-se que, para as grandes empresas, o volume manteve-se nos dois primeiros anos, seguido de expressivo crescimento em 2018, em torno de 21%; no caso das empresas de médio porte, após uma queda em 2017, retomou o desempenho em 2018; as pequenas empresas tiveram um desempenho semelhante ao das médias, uma

queda em 2017 seguida de um crescimento em 2018, chegando a superar o desempenho em 2016; e as microempresas tiveram uma média anual de 3,5% de crescimento (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Concessão do crédito para pessoa jurídica por porte (2016-2018)



Fonte: BCB. Elaboração própria.

Em pesquisa realizada pelo Etene, em 2012, sobre o perfil das MPEs na área de atuação do BNB, intitulada Microempresas e Pequenas Empresas do Nordeste Brasileiro, não publicada, as empresas pesquisadas se identificaram como as principais dificuldades: muitos impostos e taxas (9,3%); burocracia (9,0%); juros altos (8,9%); dificuldade de obter crédito (7,2%); seguindo-se da concorrência com as empresas de maior porte (6,3%). Quando indagadas sobre os recursos para a implantação da empresa, 82,5% responderam que utilizaram recursos próprios, enquanto 20,9% recorreram a pessoas conhecidas e familiares, e outros 11,3% recorreram a bancos.

Segundo Santos (2012), a configuração do mercado de crédito para as MPEs caracteriza-se pela presença e importante atuação dos bancos públicos por meio dos fundos compulsórios como o FNE, objeto deste estudo.

Nesse cenário, esforços têm sido feitos no sentido de simplificar o acesso ao crédito, às licitações públicas, ampliar a competitividade, fortalecer a estrutura patrimonial das MPEs, disseminar informações e reduzir custos financeiros. De um modo geral, os bancos que atuam no Brasil, em suas estratégias de segmentação de mercado, estabeleceram os negócios de pe-

queno porte como público prioritário e demandadores de crédito e produtos específicos e diferenciados (SANTOS, 2012).

Os créditos direcionados são destinados aos diversos setores da economia, cuja fonte são recursos regulados em lei ou normativo, como o FNE, e, geralmente, são operados pelos bancos oficiais. A oferta de crédito de longo prazo é feita majoritariamente sob a liderança de três grandes bancos públicos federais que apresentam um quadro de estratégias de crédito diversificadas e utilizam diferentes critérios com base no faturamento para classificação das MPEs. O crédito para investimentos das empresas é realizado, em grande parte, por meio de operações diretas e repasses do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); os financiamentos habitacionais, no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), tem a Caixa Econômica Federal (CEF) como a principal instituição financiadora, e o crédito rural é especialidade do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), que tem o Banco do Brasil como principal agente financiador. O Banco do Nordeste do Brasil (BNB) lidera, com recursos do FNE, objeto deste estudo, os investimentos ao setor produtivo na região Nordeste (LUNDBERG, 2011).

No mercado de crédito para as MPE, observa-se uma significativa presença do Estado via bancos públicos.

A presença do Estado no mercado de crédito atinge a ação dos bancos por meio da gestão de fundos compulsórios. Na evolução do Sistema Financeiro Nacional (SFN), os fundos compulsórios podem ser entendidos como a expressão do reconhecimento das assimetrias contidas na dinâmica do mercado financeiro. Nesse contexto, as condições de acesso ao crédito pelas MPEs também podem ser afetadas pela gestão de fundos de poupança compulsória definida pelos bancos públicos. Além dos fundos compulsórios, cabe ressaltar a definição de políticas creditícias assentadas no crédito direcionado. Os recursos direcionados correspondem a uma parcela da riqueza centralizada pelos bancos e dirigida para o financiamento de atividades consideradas relevantes para a reprodução social (SILVA, 2018). O autor avança em sua análise relacionando a base de dados da Rais e o Sistema de Informações de Crédito (SCR) do Banco Central que reune as informações a respeito dos contratos de crédito de clientes com saldo devedor superior a mil reais em algum banco. O relacionamento entre

essas bases demonstrou a distribuição das formas de financiamento, onde metade das empresas estão fora do mercado formal de crédito bancário, possivelmente dependendo do autofinanciamento para viabilizar investimentos. A maioria, cerca de 90%, que tomam crédito direcionado também utilizam crédito livre, o que indica uma grande complementariedade entre crédito direcionado, geralmente para investimento, e o crédito livre mais utilizado para capital de giro. Afirma ainda o autor que "não só o acesso ao crédito livre está relacionado com o acesso ao crédito direcionado como a quantidade de crédito consumido aumenta consideravelmente quando a firma utiliza crédito direcionado. As firmas com acesso ao direcionado que correspondem a 18,1% do total de firmas, são responsáveis pelo consumo de 81,2% do crédito da economia e de 67% do total de crédito livre (SILVA, 2018, p.19 e 20).

Em suma, na configuração desse mercado de crédito para as MPEs, reproduz-se uma situação heterogênea que apresenta uma diversificação de instituições, linhas de financiamento e condições contratuais em um cenário caracterizado pela importante atuação dos bancos públicos e pela implementação de políticas voltadas para a centralização e direcionamento de recursos. Nesta situação, quando avaliadas as dimensões dos fluxos de crédito através do olhar do micro e pequeno empresário, os empréstimos bancários continuam "caros e burocráticos" e concentrados nas regiões Sul e Sudeste. Na perspectiva das MPEs, as mudanças nas condições contratuais (juros, prazos e impostos) e nos processos de avaliação e aprovação das propostas facilitariam a tomada de empréstimos para comprar mercadorias, além de máquinas e equipamentos. Nesse sentido, as mudanças propiciariam condições para a superação da restrição que o acesso ao financiamento do investimento representa na consolidação da permanência e diversificação das MPEs (SANTOS, 2012).

3 - O BNB E O FINANCIAMENTO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

O Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB) atua, nos nove estados da Região Nordeste e também o Norte de Minas Gerais e do Espírito Santo, como agente do Governo Federal na execução de políticas públicas e programas de desenvolvimento regional. Foi criado pela Lei Federal nº 1.649, de 19.07.1952 e lhe compete exercer as atribuições que lhe forem conferidas em lei.

Figura 1 – Área de atuação do BNB

Cabe ao BNB a administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), conforme a Lei nº 7.827, de 27.09.1989, e também é o agente operador, financeiro e administrador da carteira de títulos do Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor), criado pelo Decreto-Lei nº 1.376, de 12.12.1974, reformulado pela Lei nº 8.167, de 16.01.1991, que sofreu modificações em função da edição da MP nº 2.199, de 24.08.2001 (reedição da MP 2058, de 23.08.2000). Atua ainda como banco operador preferencial do FDNE, regulamentado pelo Decreto Lei 7.838/2012, de 09/11/2012.

Para atender aos 1.990 municípios de sua área de atuação (35,7% dos municípios do Brasil), o BNB conta com uma rede de 292 agências, correspondendo a 7,8% da rede bancária da Região, apresentando participação de 62,6% no volume total de financiamento de longo prazo, sendo de 64,7% a participação nos financiamentos rurais e agroindustriais (Tabela 3).

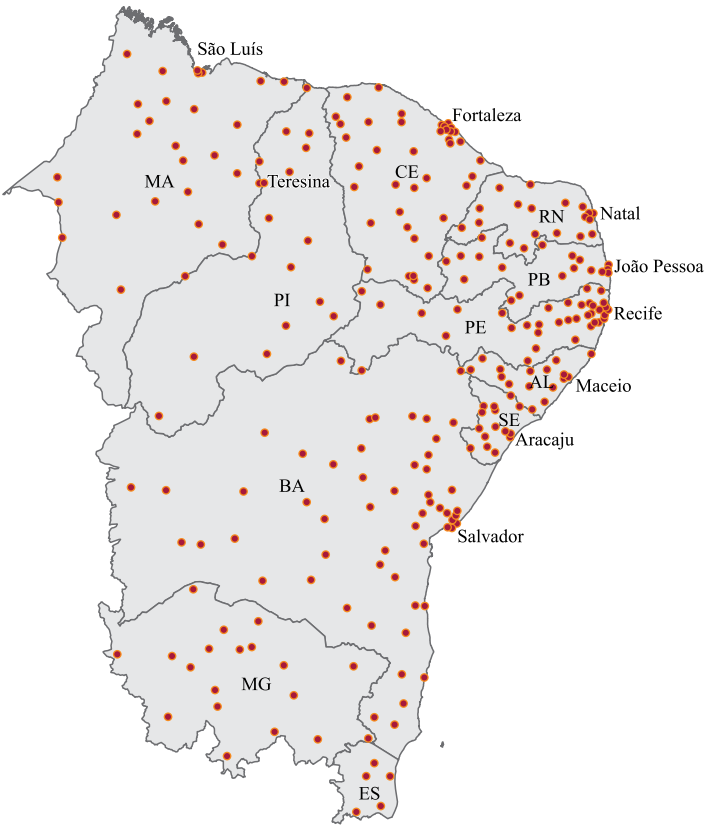
Tabela 3 – Participação do BNB na rede bancária e nos financiamentos (out 2017)

UF[1]	AGÊNCIAS BANCÁRIAS		PARTICIPAÇÃO REDE BANCÁRIA (%)	PARTICIPAÇÃO NOS FINANCIAMENTOS[2]	
	TOTAL	BNB		LONGO PRAZO[3]	CRÉDITO RURAL
AL	178	17	8,7%	72,8%	73,5%
BA	968	59	5,7%	51,6%	53,7%
CE	436	45	9,4%	76,6%	88,4%
Norte ES	85	05	5,6%	26,1%	15,8%
MA	304	29	8,7%	62,6%	62,3%
Norte MG	185	19	9,3%	54,7%	42,4%
PB	209	20	8,7%	80,0%	87,5%
PE	545	40	6,8%	67,1%	75,4%
PI	149	20	11,8%	69,5%	83,0%
RN	178	21	10,6%	74,2%	86,5%
SE	191	17	8,2%	71,9%	67,3%
TOTAL	**3.428**	**292**	**7,8%**	**62,6%**	**64,7%**

Fonte: BNB - Relatório de Gestão 2017 (BNB,2018). Elaborado por BNB - Ambiente de Marketing.
Notas: (1) Norte do ES detém 28 municípios e 168 no Norte de MG. Foram excluídas duas agências extrarregionais (São Paulo e Rio de Janeiro); (2) Contempla bancos comerciais e bancos múltiplos com carteira comercial. Os financiamentos do FNE foram acrescidos aos dados do Sisbacen; (3) Inclui financiamentos rurais e agroindustriais (crédito rural)

As agências do BNB são classificadas em cinco diferentes tipos de mercados M1, M2, M3, M4 e M5, cujas descrições se caracterizam pela concorrência na Região, crédito bancário disponibilizado, estrutura empresarial e perfil dos clientes. Além das agências, há outros canais de atendimento como pontos de contato e interação do Banco com o cliente: Posto de Atendimento Bancário (PAB); ATM; Cliente Consulta; Correspondente não bancário; Espaço Nordeste; Internet Banking (Nordeste Eletrônico); Posto Crediamigo; Sala de Negócios; Unidade de Atendimento Agroamigo e Crediamigo, dentre outras.

Figura 2 – Agências do BNB



O gerenciamento de clientes é feito por meio das carteiras especializadas de acordo com os segmentos, cujo acompanhamento é feito pelas Superintendências Estaduais e suas respectivas agências, que são avaliadas mensalmente através da metodologia de avaliação de carteiras, composta por indicadores de desempenho.

Suas operações estão centradas nos setores produtivos por meio de financiamentos de longo prazo, empréstimos de curto prazo, operações de microfinanças e de mercado de capitais. Para tanto, apresenta diversas soluções de produtos e serviços adequados para os diferentes setores de atividades e segmentos da economia, contemplando as pessoas jurídicas desde o microempreendedor individual até as empresas de grande porte, além das pessoas físicas, inclusive os agricultores familiares.

3.1. Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)

A administração do FNE é exercida pelo Condel-Sudene em conjunto com o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) e o BNB, sendo as taxas de juros para operacionalização do Fundo definidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

O BNB opera com o FNE destinando crédito para investimento e capital de giro, por meio da adoção de prazos e carência, limites de financiamento, juros e outros encargos diferenciados, em função dos aspectos sociais, econômicos, tecnológicos e espaciais dos empreendimentos. São beneficiários dos recursos do FNE os produtores rurais e as empresas, que desenvolvam atividades produtivas nos setores agropecuário, mineral, industrial, agroindustrial, de empreendimentos comerciais e de serviços, além de empreendimentos de infraestrutura econômica, inclusive os de iniciativa de empresas públicas não dependentes de transferências financeiras do Poder Público, de acordo com as prioridades estabelecidas nos planos regionais de desenvolvimento.

Anualmente, é elaborada uma programação, que é submetida à aprovação do Condel-Sudene, onde ficam estabelecidas as diretrizes e o programa de aplicação com suas diversas linhas de financiamento. De acordo com a Programação Regional FNE 2017, o processo de desenvolvimento regional requer a convergência de um conjunto de fatores capazes de impactar positivamente a dinâmica econômica local, de forma a elevar os efeitos multiplicadores do investimento produtivo na Região, a exemplo de formação de capital humano, investimento em ciência, tecnologia e inova-

ção, cooperação técnica e econômica entre diversos atores, investimento adequado em infraestrutura, bem como a atenção à distribuição regional dos recursos, em termos espaciais, setoriais e de segmentos produtivos. A convergência desses fatores deve ser capaz de criar também uma ambiência favorável ao crédito que viabilize os investimentos produtivos necessários ao alcance dos objetivos de desenvolvimento regional.

Em termos de priorização de beneficiários dos recursos do FNE, vem sendo dispensado tratamento diferenciado aos empreendimentos produtivos de menor porte, particularmente àquele público atendido com políticas públicas, setoriais e macroeconômicas do Governo Federal: agricultura familiar, mini e pequenos produtores rurais, micro e pequenas empresas e microempreendedores individuais.

Outra prioridade do Fundo, em atendimento a dispositivo constitucional, refere-se à destinação de metade dos novos recursos do FNE ingressados a cada ano para aplicação na sub-região do Semiárido, que representa 63,0% do espaço geográfico da área de atuação do FNE e compreende cerca de 45% da população. Além do Semiárido, são prioridades as áreas periféricas dos grandes centros urbanos, os espaços definidos pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), os municípios pertencentes às microrregiões classificadas como de Baixa Renda, Estagnada e Dinâmica, bem como as Regiões Integradas de Desenvolvimento (Rides).

Em paralelo, novos e dinâmicos espaços econômicos intrarregionais têm surgido ao longo desses anos, indicando também a necessidade de apoio creditício. Observa-se, assim, que o quadro de desigualdade entre regiões do País ocorre também, em alguma medida, dentro da própria Região, representando um desafio adicional a ser enfrentado nas ações de banco de desenvolvimento.

A determinação de levar os recursos do FNE a todos os 1.990 municípios que compõem a área de abrangência desse *funding*, além da diretriz de destinação mínima de 4,5% dos recursos disponíveis para cada estado (exceto Espírito Santo, de menor área geográfica atendida), contribui para desconcentração dos recursos. Elencam-se alguns itens referentes ao desempenho das aplicações do FNE em 2017, de acordo com o Relatório de Resultados e Impactos do FNE 2017, encaminhado aos órgãos reguladores, no que diz respeito ao atendimento às diretrizes do Fundo:

a. quanto à região do Semiárido, foram contratados R$ 4,7 bilhões, o que equivale a 124,1% do montante programado;

b. quanto às áreas prioritárias contrataram 79,9% do FNE, superando o mínimo de 70,0% definido pelo Condel - Sudene;

c. quanto às contratações nas mesorregiões destacadas totalizaram, aproximadamente, R$ 2,28 bilhões, em 125.580 operações;

d. quanto às Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDE), foram direcionados recursos da ordem de R$ 464,2 milhões, tendo cumprido 122,2% da meta estabelecida;

e. todos os municípios localizados na área de atuação do FNE contrataram operações;

f. quanto ao recorte das contratações por estado, à exceção do Estado de Alagoas, todos os demais estados aplicaram mais de 4,5%;

g. quanto aos beneficiários de pequeno porte, realizaram 64,9% das contratações no exercício de 2017. Tal desempenho cumpriu a meta estabelecida de destinar 51,0% aos empreendimentos de mini, micro, pequeno e pequeno-médio portes, bem como o mínimo de 30,0% para mini, micro e pequeno portes, que obtiveram 51,9% dos recursos.

3.2. Progama FNE-MPE

Em 2009, foi implementado pelo BNB um programa com recursos do FNE específico para atendimento às micro e pequenas empresas, denominado Programa FNE-MPE, com a finalidade de fomentar o desenvolvimento e a competitividade desse segmento de empresa. Desde a criação do Programa, até o final de 2018, já haviam sido realizadas 212.927 operações e contratados R$ 18,2 bilhões. Ao longo desse período, o Programa tem sido sistematicamente atualizado (Quadro 2)[5].

5 O BNB atuava no financiamento a pequenos negócios sem um programa específico. Antes disso, de 1998 a agosto de 2008, o BNB, por meio do FNE, já havia financiado R$ 1,27 bilhão às micro e pequenas empresas (BNB, 2009, pág. 7). A partir de 2009, implementou um programa para as micro e pequena empresas; em 2012, um programa para Empreendedores Individuais e a partir de 2014, juntou os dois programas no FNE-MPE.

Quadro 2 – FNE-MPE: Histórico das atualizações (2009 - 2017)

ANO	NOME DO PROGRAMA	DOCUMENTO	DIRETRIZES DO PROGRAMA
2009	**FNE MICRO E PEQUENA EMPRESA – Programa de Financiamento das Micro e Pequenas Empresas**	Resolução Condel 003, de 25/07/2008	- investimentos e capital de giro associado; -aquisição isolada de bens; - aquisição isolada de insumos e matérias-primas; - juros: 6,75% a.a.(ME) e 8,25% a.a. (EPP);
2010	**FNE MICRO E PEQUENA EMPRESA – Programa de Financiamento às Micro e Pequenas Empresas**	Resolução Condel 022, de 10.07.2009	- as mesmas diretrizes do ano anterior;
2011	**FNE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – Programa de Financiamento às MPEs**	Resolução Condel 032, de 30.07.2010	- as mesmas diretrizes do ano anterior e mais: - Investimento para construção de centro comercial; - aquisição isolada de insumos para setor serviços; - mercadorias para exportação;
2012	**FNE-MPE - Programa de Financiamento às Micro e Pequenas Empresas**	Portarias do Ministério da Integração (MI) 568, de 5/08/2011 e 823, de 17/11/2011	- as mesmas diretrizes do ano anterior e mais: - Investimentos para aquisição de imóvel comercial;
2013	**FNE-MPE - Programa de Financiamento às Micro e Pequenas Empresas**	Portaria Ministério da Integração (MI) 385, de 04.07.2012 e Resolução Condel 054, de 13/07/2012	- as mesmas diretrizes do ano anterior e alteração da taxa de juros - jan a jun - 3,53% e de jul a dez 4,12%;
2014	**FNE-MPE - Programa de Financiamento a Micro e Pequenas Empresas e a Empreendedores Individuais**	Resolução Condel 071, de 15/08/2013	- as mesmas diretrizes do ano anterior e mais: - financiamento de forma isolada de cursos e treinamento; - juros - investimento em bens de capital 5,30%; demais investimentos 6,48%;

ANO	NOME DO PROGRAMA	DOCUMENTO	DIRETRIZES DO PROGRAMA
2015	**FNE-MPE - Programa de Financiamento a Micro e Pequenas Empresas e a Empreendedores Individuais**	Resolução Condel 078, de 15/08/2014	- as mesmas diretrizes do ano anterior e alteração da taxa de juros 8,24% a.a.
2016	**FNE-MPE - Programa de Financiamento a Micro e Pequenas Empresas e a Empreendedores Individuais**	Portaria MI 203, de 28.08.2015 Resolução Condel 087, de 29.10.2015 Resolução CMN 4423, de 25/06/2015 e 4470, de 14/03/2016 Res. MI/Condel/ Sudene 89, de 14/12/2015; 99, de 22/06/2016; e 102, de 12/12/2016	- as mesmas diretrizes do ano anterior e alteração da taxa de juros 11,18% a.a.
2017	**FNE-MPE - Programa de Financiamento a Micro e Pequenas Empresas e a Empreendedores Individuais[6]**	Resolução Condel 094, de 12/08/2016	- as mesmas diretrizes do ano anterior e alteração da taxa de juros 8,75% a.a.

Fonte: BNB-Programação Regional do FNE (2009 - 2017). Elaboração própria.

O Programa FNE-MPE, em sua programação para 2017, previa o financiamento para implantação, expansão, modernização, reforma, manutenção e relocalização de empreendimentos, inclusive a elaboração de estudos ambientais e os investimentos estabelecidos nas condicionantes das licenças ambientais, contemplando:

a. investimentos para reforma, relocalização, modernização, implantação e expansão;
b. aquisição de imóvel com edificações concluídas em área urbana, respeitado o critério de prazo mínimo de 24 meses de funcionamento da proponente na atividade;

6 Dentro do Programa FNE-MPE, são tratados dois públicos: as MPEs, objeto desta avaliação, e os Empreendedores Individuais, de modo que, nos registros do BNB, são identificados, dois tipos de operações, para cada um deles: as operações FNE-MPE e as operações FNE-EI (ver Programação Regional do FNE 2017).

c. aquisição de empreendimentos com unidades industriais, agroindustriais e meios de hospedagem, já construídos ou em construção;

d. capital de giro associado ao investimento;

e. aquisição isolada de bens, com o fim de formação de estoques para vendas nos mercados interno e externo, ou insumos e matérias-primas;

f. gastos gerais relativos ao funcionamento do empreendimento a título de ressarcimento ou reembolso;

g. financiamento para a construção, por parte de construtoras com receita bruta projetada classificada nos limites de micro ou pequena empresa, de espaços físicos destinados às MPEs;

h. serviços específicos de consultoria e orientação empresarial são passíveis de financiamento de maneira isolada ou associada, incluindo, contratação de profissionais, programas de treinamento, desenvolvimento gerencial, capacitação tecnológica e pós-crédito.

As micro e pequenas empresas, quanto aos limites de financiamento, podem financiar até 100% do valor do projeto nas seguintes situações: investimentos (descritos no parágrafo anterior); aquisição de matérias-primas, insumos ou de bens para formação de estoque; e ressarcimento ou reembolso para gastos gerais relativos ao funcionamento do empreendimento. O limite do capital de giro associado é de até 100% do valor financiado para investimento. Quanto ao capital de giro isolado, os valores são limitados para microempresa até R$ 270 mil ou para pequenas empresas R$ R$ 2,3 milhões e, no caso das empresas exportadoras, R$ 305 mil e R$ 2,5 milhões, respectivamente.

Os prazos serão fixados em função do cronograma físico-financeiro do projeto e da capacidade de pagamento do beneficiário, podendo ir até 20 anos com uma carência de cinco anos nos casos de investimentos, e no caso de aquisição de matérias-primas, insumos, bens para formação de estoque comercial e gastos gerais relativos ao funcionamento do empreendimento até 36 meses com seis meses de carência.

Quanto aos encargos financeiros, são definidos mediante Resolução do Conselho Monetário Nacional. Para 2017, eles foram definidos pela Resolução CMN nº 4.542 e 4.561, de 21/12/2016 e 31/03/2017, respectivamente. A taxa foi de 8,75% a.a. para investimentos e para as operações de capital de giro isolado, 13,08%, e sobre ambas, foram definidos bônus de adimplência de 15%.

4 - METODOLOGIA

Antes de ser definida a metodologia do processo de avaliação do Programa FNE-MPE, foram elencadas algumas indagações que deveriam ser respondidas por essa pesquisa avaliativa acerca desse programa. De modo que, coube interrogar sobre o objeto a ser avaliado da seguinte maneira:

a. O programa tem sido orientado por diretrizes e estratégias bem definidas? Cumpriu a finalidade pela qual foi criado bem como os objetivos e metas anuais?

b. Os créditos contratados foram suficientes para promover o crescimento das empresas beneficiadas? Possibilitaram recursos para sua a manutenção, onde as principais características antes do crédito ficaram mantidas?

c. As empresas beneficiárias foram motivadas a implementarem mudanças em seus processos de gestão, produção, vendas ou serviços, buscando o seu desenvolvimento?

Direcionado por essas questões e pelo documento Metodologia de Avaliação do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (SOUSA, 2012), que foi concebido como um instrumento gerencial para facilitar a formulação, o monitoramento e a avaliação de programas e projetos, construiu-se uma estrutura para alicerçar o desenvolvimento desta pesquisa avaliativa, cuja síntese se encontra no Quadro 3.

Quadro 3 – Estrutura da pesquisa avaliativa

Tema
• A importância do crédito direcionado por meio do FNE para o segmento das micro e pequenas empresas: uma análise do Programa FNE-MPE do Banco do Nordeste**.**
Problematização
• O programa atingiu os objetivos para os quais foi criado? • A programação foi realizada e as prioridades foram atendidas? • Após a aplicação dos créditos, podem ser verificadas mudanças que identificam crescimento ou encolhimento da empresa ou as características iniciais do empreendimento foram mantidas?
Objetivo da Avaliação
• Avaliar a execução e o resultado do Programa FNE-MPE a partir de uma pesquisa avaliativa**;**
Objetivos Específicos
• Analisar a execução do Programa FNE-MPE, no período 2009 a 2017, verificando o cumprimento do programa de aplicações, suas finalidades e diretrizes; • Analisar os resultados do Programa FNE-MPE, na posição março de 2018, verificando se houve crescimento, encolhimento ou manutenção das condições do empreendimento após o crédito;
Método de Pesquisa
• Modelo não experimental, quantitativa e qualitativa, utilizando dados primários e secundários; • Coleta de dados: — Pesquisa bibliográfica: fundamentos teóricos; leis e normas; documentos oficiais; estatísticas oficiais; — Pesquisa documental: Sistemas S400, S970, S035; — Pesquisa de campo: preenchimento de questionário por uma amostra de clientes; • Análise estatística descritiva**;**
Ferramentas de Pesquisa
• Internet, sistemas operacionais do BNB e questionário semiaberto, respondido por telefone**;**
Variáveis para Caracterização dos Empreendimentos
• Data de constituição; faturamento; município da operação; atividade econômica; objeto da operação e formação de agrupamento de empresas de pequeno porte;

Variáveis Dependentes
• Finalidade do crédito: implantação, manutenção, expansão, modernização, relocalização; ocupações geradas; valor do crédito contratado; mudanças ocorridas após o crédito**;**
Variável Independente
• Contratações com recursos do FNE**;**
Indicadores de Execução
• Operações contratadas: cumprimento de metas, total, por estado, por ano, localizadas no Semiárido, por tipo de financiamento, empreendimentos implantados, modernizados, expandidos, reformados, relocalizados, mantidos, valor contratado por finalidade**;**
Indicadores de Resultado
• Aumento da produção, vendas e serviços; aumento da ocupação: temporária, formal, informal e familiar; quantidade de empreendimentos que melhoraram tecnologia; processo de gestão; adoção de procedimentos de preservação e conservação ambiental**.**

Fonte: BNB-Etene-Capp. Elaboração própria.

Com base nessa estrutura, definiu-se que o processo seria constituído de uma pesquisa de avaliação do tipo qualitativa e não experimental. A partir daí, foi feita uma coleta de dados, na base do ativo do BNB, das operações do Programa FNE-MPE, no período 2009-2017.

De posse desses dados, foi possível definir o universo, a população e a amostra da pesquisa. O universo da pesquisa foi definido, de modo a conter todas as operações contratadas no Programa FNE-MPE, formado por pessoas jurídicas com faturamento até R$ 4,8 milhões[7], na área de atuação do FNE, no período compreendido entre 01/01/2009 até 31/12/2017. Para tanto, foi disponibilizado pelo Banco uma base de dados em planilha Excell, contendo 187.184 operações (Tabela 4).

A população foi constituída por parte desse universo, contendo os beneficiários identificados por CNPJ das operações contratadas por clientes com cadastro atualizado, ou seja, em atividade no Banco. Com esses parâmetros, foram identificadas 67.609 CNPJs de micro e pequenas empresas e que totalizaram 153.524 operações (Tabela 5).

7 Esse valor refere-se ao teto dos clientes classificados como MPE a partir da Lei 155/2016.

Tabela 4 – FNE-MPE: Distribuição do Universo das operações por ano

ANO	OPERAÇÕES	VALOR CONTRATADO (R$)	VALOR MÉDIO R$)
2009	14.491	822.735.738,25	56.775,64
2010	16.404	988.298.935,20	60.247,44
2011	18.502	1.290.970.487,08	69.774,65
2012	22.245	1.661.238.813,98	74.679,20
2013	19.212	2.006.397.728,88	104.434,61
2014	22.187	2.254.229.668,83	101.601,37
2015	23.264	2.161.774.040,92	92.923,57
2016	23.184	1.983.446.601,56	85.552,39
2017	27.695	2.461.669.665,81	88.884,99
TOTAL	**187.184**	**15.630.761.680,50**	**83.504,80**

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito. Elaboração própria.
Nota: (1) Valores atualizados pelo IGP-DI para 31.12.2018. (2) Nesta tabela, constam, apenas, as operações contratadas no Programa FNE-MPE de clientes com faturamento até R$ 4,8 milhões, exceto aqueles categorizados como microempreendedores individuais, na data da pesquisa de dados (31/12/ 2017).

Tabela 5 – FNE-MPE: Distribuição da População - CNPJ por ano

ANO	BENEFICIÁRIOS	% TOTAL
2009	6.206	9,18%
2010	5.355	7,92%
2011	5.600	8,28%
2012	6.574	9,72%
2013	6.738	9,97%
2014	8.111	12,00%
2015	9.179	13,58%
2016	9.024	13,35%
2017	10.822	16,01%
TOTAL	**67.609**	**100,00%**

Fonte: BNB-Ambiente de Controle Financeiro das Operações de Crédito. Elaboração própria.

A partir dessa distribuição da população, foi possível calcular uma amostra estatística representativa dessa população por ano de contratação, de 407 CNPJs correspondendo a um nível de confiança 95% e erro 5%, de modo a viabilizar a realização das pesquisas documental e de campo, conforme Tabela 6.

Tabela 6 – FNE-MPE: Distribuição da Amostra por ano

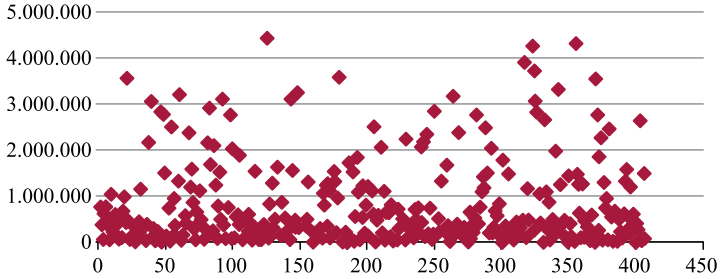
ANO	AMOSTRA	% AMOSTRA POR ANO
2009	36	8,85%
2010	26	6,39%
2011	40	9,83%
2012	43	10,57%
2013	35	8,60%
2014	50	12,29%
2015	58	14,25%
2016	52	12,78%
2017	67	16,46%
TOTAL	**407**	**100,00%**

Fonte: BNB-Etene-Capp. Elaboração própria.

4.1. Características da amostra

De acordo com os limites de faturamento estabelecidos na Lei Complementar nº 155, de 27/10/2016, a amostra ficou assim distribuída: 48,9% com faturamento até R$ 360 mil e uma média de R$ 158.555,03 e foram classificados como microempresas; e 51,1% como pequena empresa com faturamento acima de R$ 360 mil até R$ 4,8 milhões, com uma média de R$ 1.255.548,00. Nesse aspecto, verifica-se que a amostra é representativa em relação a população da pesquisa, que apresentou os percentuais de 47,7% e 52,3%, respectivamente. As empresas da amostra apresentaram uma média de faturamento anual de aproximadamente R$ 727.408,82 mil.

Gráfico 4 – FNE-MPE: Distribuição da amostra por valor do faturamento



Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro das Operações de Crédito e BNB - S400. Elaboração própria.

Quanto ao tempo de constituição, a média geral da amostra foi de 11 anos. As empresas com 10 anos ou mais representaram 42,02% das quais 15,48% possuíam mais de 20 anos. As empresas da amostra com menos de 10 anos representaram 57,98% da amostra, destacando-se que dentre elas 7,86% tinha menos de 2 anos conforme data de constituição indicada na base do ativo do Banco.

Tabela 7 – Distribuição da amostra por tempo de constituição da empresa

TEMPO DE CONSTITUIÇÃO	QUANTIDADE CLIENTES	TEMPO MÉDIO	% TOTAL
Menos de 10 anos	236	5	58,0%
Entre 10 e 20 anos	116	14	28,5%
Acima de 20 anos	55	27	13,5%
TOTAL	**407**	**11**	**100,00%**

Fonte: BNB-Ambiente de Controle Financeiro das Operações de Crédito. Elaboração própria.

Ao relacionar o faturamento com o tempo de constituição da empresa, observa-se um crescimento à medida que a empresa vai se consolidando no tempo. As empresas cujo tempo de constituição (medido em janeiro de

2018 quando foi disponibilizada a base de dados) estava entre 10 anos até 20 anos, apresentaram um crescimento no valor do faturamento médio em torno de 18,0% em relação às empresas com menos de 10 anos. As empresas com mais de 20 anos apresentaram uma média de faturamento com um incremento de 3,7% em relação à faixa anterior.

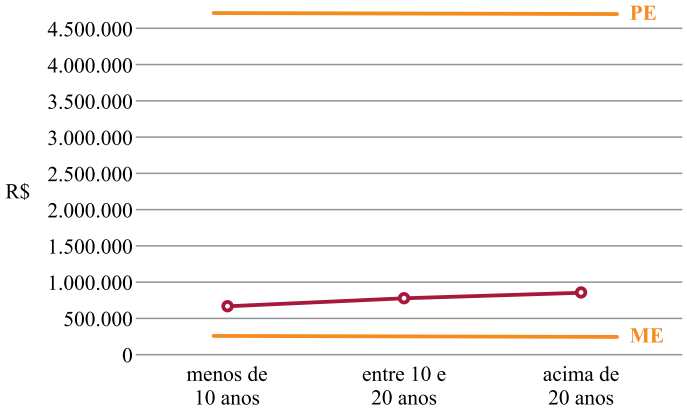
Tabela 8 – Média do faturamento por tempo de constituição

TEMPO DE CONSTITUIÇÃO	MÉDIA DO FATURAMENTO (R$)	CRESCIMENTO DO FATURAMENTO (%)
Menos de 10 anos	R$ 665.619,78	
Entre 10 e 20 anos	R$ 783.868,99	18,0%
Acima de 20 anos	R$ 812.571,03	3,7%

Fonte: BNB-Ambiente de Controle Financeiro das Operações de Crédito. Elaboração própria.

Na amostra analisada, o valor médio do faturamento das empresas ficou mais próximo do limite de faturamento da microempresa (R$ 360 mil) do que da pequena empresa (R$ 4,8 milhões) (Gráfico 5).

Gráfico 5 – Faturamento médio das empresas da amostra e valor limite das ME e EPP



Fonte: BNB-Ambiente de Controle Financeiro das Operações de Crédito. Elaboração própria.

Evidencia-se que o fator tempo de constituição contribui para o crescimento do faturamento, contudo, caberia um estudo mais detalhado sobre quais outras variáveis ao longo do tempo interferem no crescimento do faturamento das micro e pequenas empresas.

4.2. Escolha da ferramenta Call Center para a pesquisa de campo

A escolha do *Call Center* do BNB como ferramenta da pesquisa de campo teve como principal motivo a grande abrangência geográfica da área pesquisada, uma vez que a amostra envolvia empresas localizadas nos nove estados da Região Nordeste, no Norte de Minas Gerais e no Norte do Espírito Santo, sendo portanto a ferramenta mais adequada, em termos de custos, para aplicação do questionário. Outro fator que foi considerado, se refere à experiência da equipe em aplicar pesquisas semelhantes para outros programas de crédito do Banco. Segundo Vasconcellos (2010), a estrutura de *Call Center* vem crescendo, principalmente, no setor de serviços de forma vertiginosa. Na Europa, chega a 2% da força de trabalho e 4% nos Estados Unidos, e, no Brasil, o setor tem uma taxa de crescimento de 10% ao ano e movimenta cerca de R$ 4,5 bilhões. Consolidando-se como uma ferramenta adequada como para estreitar a relação entre os clientes e as empresas.

Foi então articulada uma parceria com o Centro de Relacionamentos com o Cliente e Informações ao Cidadão para aplicação da pesquisa por meio de contato telefônico.

Definidas a amostra e a ferramenta da pesquisa, partiu-se para a elaboração de um questionário. Para se construir um instrumento que fosse adequado ao contato dos aplicadores por telefone, as perguntas tinham que ser diretas e estruturadas, de modo a serem obtidas respostas objetivas. Para cada pergunta, seguia-se um "script", um texto contendo instruções e falas para serem seguidas por todos os aplicadores, indicando uma sequência e como cada questão deveria ser conduzida (Apêndice A). Tal instrumento foi elaborado pela equipe de pesquisadores e pelo representante da equipe de aplicadores. Feito isso, foi necessário ainda o treinamento de toda a equipe de aplicadores.

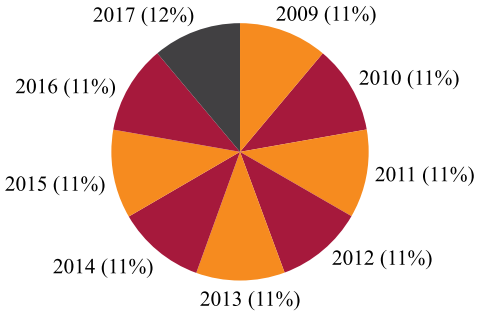
Em seguida, foi realizado um teste do questionário pelos pesquisadores e por alguns aplicadores, a partir da seleção aleatória de cerca de 18 clientes.

Foram considerados 10 contatos com sucesso, que permitiram concluir todo o questionário e descartados os incompletos ou ligações telefônicas sem êxito.

Feito isso, foi realizada uma pesquisa documental para coletar dados de identificação das empresas da amostra, como números de telefones, nome completo dos sócios, detalhamento da atividade e tipo de constituição da empresa selecionada na amostra, por meio do Sistema S400 - Sistema de Cadastro. Tais informações foram encaminhadas em planilha para o Centro de Relacionamentos com o Cliente e Informações ao Cidadão que iniciou os contatos telefônicos com os clientes para preenchimento dos questionários.

Para ser obtida a quantidade especificada da amostra de questionários preenchidos (407), foi necessária a seleção aleatória de 1.275 CNPJs por meio de planilha Excel, obedecendo à distribuição por ano de contratação da operação. Tal número foi em decorrência dos acompanhamentos quinzenais realizados pelo *Call Center* que emitia um relatório informando a quantidade de questionários respondidos completamente e a necessidade de reposição, em decorrência das muitas perdas nas tentativas de contato, como por exemplo, números de telefones desatualizados, ausência do sócio ou proprietário no momento da ligação ou até mesmo a recusa em participar da pesquisa, como de fato ocorreu. Tal seleção obedeceu à distribuição equitativa por ano de contratação (Gráfico 6).

Gráfico 6 – Distribuição por ano dos CNPJ selecionados para a pesquisa de campo



Fonte: BNB-Ambiente de Controle Financeiro das Operações de Crédito. Elaboração própria.

A pesquisa de campo foi realizada, no período de julho a setembro de 2018, quando foram efetuadas cerca de 10,2 mil tentativas telefônicas para se obter com sucesso o preenchimento integral de 407 questionários, atendendo a distribuição do cálculo da amostra estatística (Tabela 9).

Tabela 9 – Pesquisa de campo: Contatos realizados pelo Centro de Relacionamento

MÊS	CONTATOS REALIZADOS			% SUCESSO	TENTATIVAS	QUESTIONÁRIOS PREENCHIDOS
	TOTAL	SUCESSO	INSUCESSO			
Julho	978	571	407	58,38%	9.154	343
Agosto	172	35	137	20,35%	660	21
Setembro	125	58	67	46,40%	357	43
TOTAL	**1.275**	**664**	**611**	**52,08%**	**10.171**	**407**

Fonte: BNB-Centro de Relacionamentos com o Cliente e Informações ao Cidadão

5 - AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA FNE-MPE

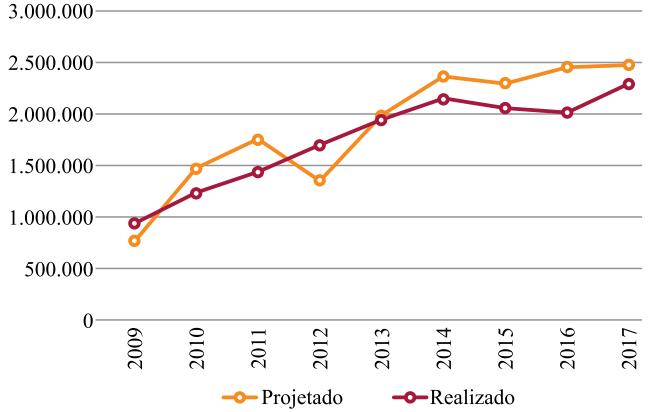
5.1. Desempenho do Programa na área de atuação do FNE

Para analisar se o Programa FNE-MPE alcançou o desempenho esperado, tomou-se como referências as metas definidas nas Programações Regionais e os desempenho operacional expresso nos Relatórios de Resultados e Impactos do Fundo, no período 2009 a 2017. Todos esses documentos foram aprovados pelo Condel-Sudene e se encontram publicados na Internet.

No período em análise, a média de cumprimento da meta do Programa FNE MPE foi de 97%. Houve um crescimento médio por ano em torno de 11% dos valores contratados. Apesar desse desempenho, as metas foram superadas apenas nos anos de 2009 a 2012. Contudo, ressalta-se a recuperação das contratações, em 2017, superando os anos anteriores, após queda de 2014 a 2016 (Gráfico 7).

Observando-se o desempenho do crédito no Sistema Financeiro Nacional (Tabela 2), verifica-se queda significativa do ritmo do crédito em decorrência da crise econômica de 2014, vindo a refletir também nos anos seguintes e sem conseguir recuperação aos patamares antes da crise. Contudo, os valores contratados do Programa FNE- MPE, em 2017, tem, como característica, um movimento no sentido contrário a essa tendência, pois, naquele ano ocorreu um crescimento de 14%, em relação ao ano anterior superando todos os resultados anteriores.

Gráfico 7 – Relação entre o Projetado versus Realizado (2009-2017)



Fonte: BNB-Programação Regional do FNE (2009 a 2017) e BNB-Relatórios de Resultados e Impactos do FNE (2009 a 2017). Elaboração própria.

No período analisado, foram contratadas 198.139 operações que totalizaram o valor de R$ 15,78 bilhões. Na Tabela 10, observa-se que houve uma evolução tanto na quantidade de operações quanto nos valores contratados de aproximadamente, 7% e 12%, respectivamente. Tal desempenho gerou um valor médio por operação na ordem de R$ 79,65 mil.

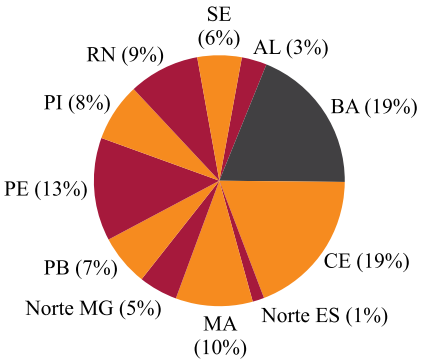
Tabela 10 – FNE-MPE: Valores e operações contratados por ano (2009 - 2017)

ANO	OPERAÇÕES	VALOR CONTRATADO (R$ mil)	VALOR MÉDIO (R$ mil)
2009	17.194	937.570,00	54,53
2010	17.769	1.242.817,00	69,94
2011	19.536	1.431.988,00	73,30
2012	23.380	1.700.675,00	72,74
2013	20.235	1.947.078,00	96,22
2014	23.261	2.151.814,00	92,51
2015	24.014	2.059.801,00	85,78
2016	24.991	2.013.352,00	80,56
2017	27.759	2.297.329,00	82,76
TOTAL	**198.139**	**15.782.424,00**	**79,65**

Fonte: BNB-Relatórios de Resultados e Impactos do FNE (2009 a 2017). Elaboração própria.

Na distribuição dos valores contratados por estado na área de atuação do FNE, observou-se que, juntos, o Ceará, a Bahia e Pernambuco responderam por 51% dos valores contratados.

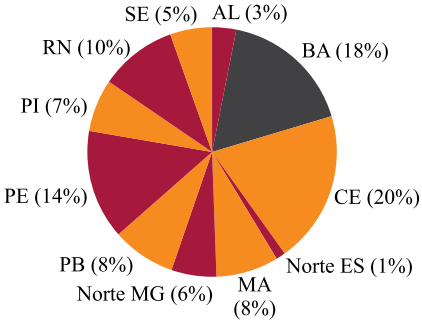
Gráfico 8 – Distribuição dos valores contratados na área de atuação do FNE (2009-2017)



Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito. Elaboração própria.

O Estado do Ceará deteve a maior quantidade de operações e junto com a Bahia e Pernambuco detiveram 52% do total na área de atuação do FNE. A região Norte do Espírito Santo e o Estado de Alagoas ficaram com a menor quantidade de operações (4%) e também de valor contratado (4,7%).

Gráfico 9 – Distribuição das operações na área de atuação do FNE (2009-2017)



Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito. Elaboração própria.

Tal desempenho reflete o desempenho do PIB na área de atuação do FNE. Os estados da Bahia, Pernambuco e Ceará possuem os maiores valores e, juntos, respondem por 59,2% do PIB (2016), ficando o Estado de Alagoas e o Norte do Espírito Santo com 7,18% do total.

Tabela 11 – PIB por estado na área de atuação do FNE (2016)

UF	PIB 2016	Participação %
AL	49.456.362	5,19%
BA	258.649.049	27,13%
CE	138.378.785	14,51%
MA	85.286.226	8,94%
PB	59.088.986	6,20%
PE	167.289.930	17,54%
PI	41.405.815	4,34%
RN	59.660.847	6,26%
SE	38.866.964	4,08%
Norte MG*	36.510.811	3,83%
Norte ES*	18.928.846	1,99%
TOTAL	**953.522.620**	**100,00%**

Fonte: BNB-Etene.
Nota: Valores de MG e ES relativos aos municípios da área de atuação do BNB.

Além do desempenho do PIB nos estados, observou-se que em relação a quantidade de estabelecimentos instalados na área de atuação do FNE, com até 49 pessoas ocupadas, reflete também a concentração nos estados da Bahia, Pernambuco e Ceará, onde mais de 57% estavam localizadas nesses espaços (Tabela 12).

Tabela 12 – Quantidade de estabelecimentos até 49 pessoas ocupadas por Estado na área de atuação do FNE exceto Setor Administração Pública (2016)

UF	TAMANHO DO ESTABELECIMENTO					
	0 Empregado	De 1 a 4	De 5 a 9	De 10 a 19	De 20 a 49	TOTAL

AL	3.297	18.560	5.546	2.871	1.540	31.814
BA	19.645	110.014	30.752	15.309	7.906	183.626
CE	11.531	53.699	16.498	8.612	5.126	95.466
MA	4.235	26.170	7.717	4.044	2.190	44.356
Norte ES	2.621	11.681	3.118	1.479	721	19.620
Norte MG	5.413	27.363	5.703	2.661	1.210	42.350
PB	4.899	25.656	7.394	3.704	2.022	43.675
PE	10.933	60.532	20.359	10.484	5.923	108.231
PI	3.452	19.003	5.409	2.635	1.327	31.826
RN	6.330	26.367	7.720	3.754	2.205	46.376
SE	2.841	15.542	4.729	2.539	1.321	26.972
TOTAL	**75.197**	**394.587**	**114.945**	**58.092**	**31.491**	**674.312**

Fonte: MTPS-RAIS 2016. Elaboração BNB-Etene.

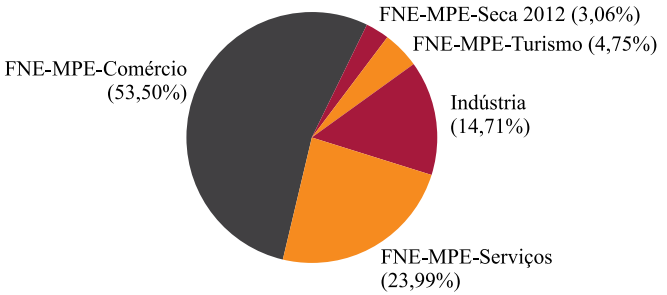
5.2. Contratações por linha de financiamento

O Programa FNE-MPE, no período analisado, possuía linhas de financiamento convencionais voltadas para os setores da economia e também foram instituídas linhas especiais, geralmente por um tempo determinado, para atender alguns segmentos específicos desses setores.

A linha FNE-MPE-Comércio foi a que mais contratou com 68,9% das operações, 53,5% dos recursos e um valor médio de R$ 65 mil. Outro destaque foi a linha para as atividades turísticas que contratou 4,75% do volume, direcionados, principalmente, para a implantação de unidades hoteleiras, resultando em um valor médio de cerca de R$ 220 mil, superior a média do Programa que foi de R$ 83 mil.

Com relação as linhas especiais, destaca-se a linha FNE-MPE-Seca, criada para atender os estabelecimentos de pequeno porte das áreas mais atingidas pela seca de 2012, que contratou cerca de R$ 478 milhões e atendeu a 8.071 estabelecimentos de pequeno porte na área urbana, resultando um valor médio por operação na ordem de R$ 59 mil. A linha FNE-MPE-Cultura, que permeia, principalmente, os setores serviço e indústria, contratou 23 operações totalizando R$ 11,9 milhões. Essa linha apresentou o maior valor médio por operação, aproximadamente, R$ 518 mil, em decorrência, de operações para implantação de espaços para eventos (Gráfico 10).

Gráfico 10 – Distribuição das operações por linha de financiamento (2009-2017)

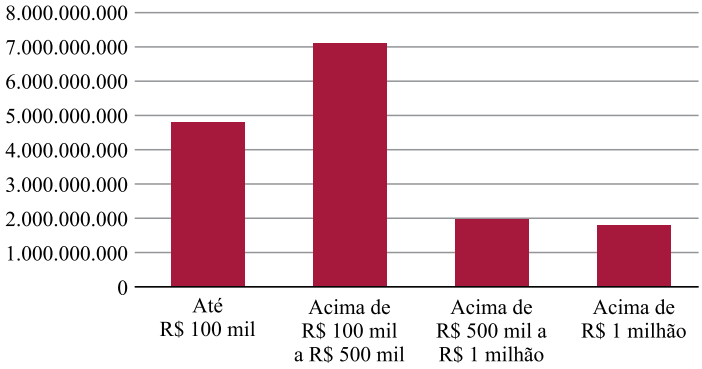


Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito. Elaboração própria.

5.3. Contratações por faixas de valores contratados

As operações de valor até R$ 100 mil responderam por 81,7% do total das operações e 30,7% dos valores contratados. As operações acima de R$ 100 mil corresponderam a 18,3% do total de operações e 69,3% dos valores contratados. A maior quantidade de operações concentraram-se na faixa entre R$ 20 mil e R$ 50 mil com 41,2% desse total e o maior volume de contratações ocorreram na faixa entre R$ 100 mil e R$ 500 mil e 76% corresponderam as operações até R$ 500 mil sendo que as operações acima desse intervalo referem-se, principalmente, a projetos para implantação e aquisição de máquinas e equipamentos.

Gráfico 11 – FNE-MPE por faixa de valor contratado (2009-2017)



Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito. Elaboração própria.

As operações de valores acima de R$ 5 milhões foram contratadas com empresas de pequeno porte (EPP) com faturamento médio em torno de R$ 1,99 milhões. A finalidade de maior incidência foi a implantação de unidade hoteleira, seguida da aquisição de máquinas e equipamentos. As demais se referem a investimentos para relocalização e ampliação da sede da empresa. Essas operações estão distribuídas nos estados da Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Sergipe e aproximadamente, 40% delas, foram contratadas na região do Semiárido.

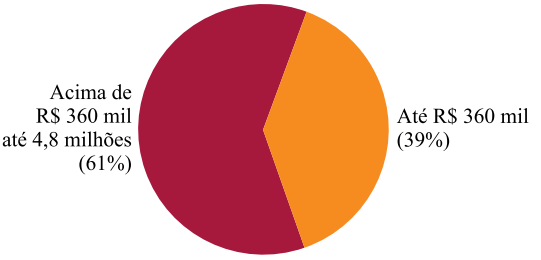
5.4. Comparação entre as microempresas e as empresas de pequeno porte

As micro e pequenas empresas são classificadas por faixa de faturamento em dois grupos: as microempresas, com faturamento até R$ 360 mil; e as empresas de pequeno porte, com faturamento acima de R$ 360 mil até R$ 4,8 milhões. Para identificar algumas características do crédito para cada um desses dois grupos de estabelecimentos, os dados coletados foram analisados segundo as faixas de faturamento.

As microempresas corresponderam a 47,7% do total de beneficiários, contrataram 39% das operações e 25% dos valores contratados, resultando um valor médio por operação na ordem de R$ 48,83 mil. As empresas de pequeno porte foram 52,3%, contrataram 61% das operações, 75% do volume de crédito e um valor médio por operação na ordem de R$ 94 mil.

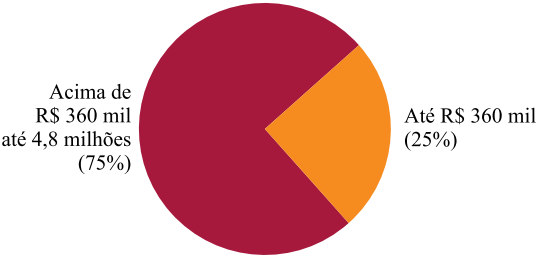
Comparando-se os dois agrupamentos, as empresas de pequeno porte realizaram 57% mais operações e contrataram mais de duas vezes o volume das microempresas.

Gráfico 12 - FNE-MPE: Comparação entre ME e EPP - Operações contratadas por faixa de faturamento (2009-2017)



Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito. Elaboração própria.

Gráfico 13 – FNE-MPE: Comparação entre ME e EPP - Valores contratados por faixa de faturamento (2009-2017)

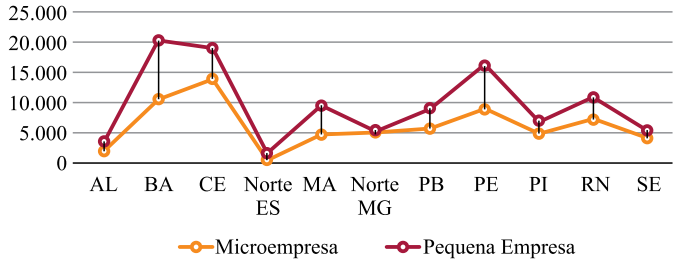


Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito. Elaboração própria.

Analisando a distribuição entre os estados da área de atuação do FNE, o Ceará foi o que mais contratou com microempresa, tanto na quantidade de operações quanto no valor contratado e, em conjunto com a Bahia e Pernambuco, alcançou 49,39% dos valores contratados. Quanto às pequenas empresas, a Bahia foi o estado que mais contratou, tanto em relação à quantidade de operações quanto ao valor contratado, e em conjunto com

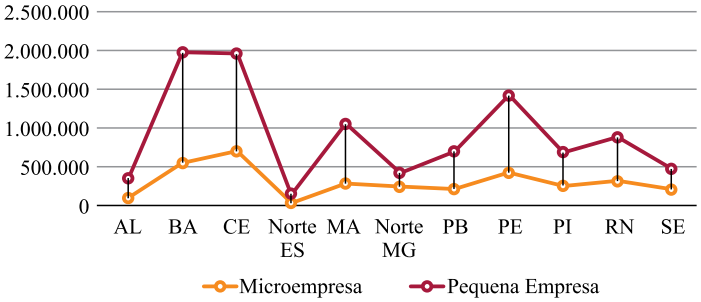
Ceará e Pernambuco contratou 51,91% das operações e 53,20% do valor contratado. (Gráficos 14 e 15).

Gráfico 14 – FNE-MPE: Comparação entre ME e EPP - Operações por UF (2009-2017)



Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito. Elaboração própria.

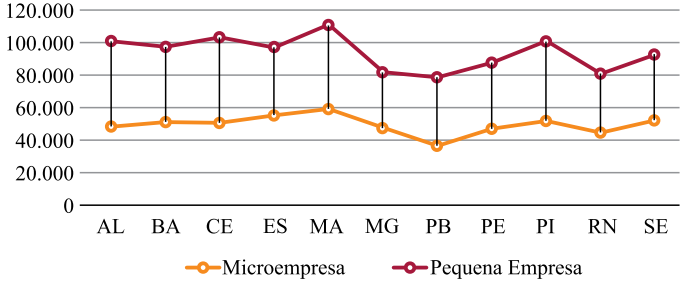
Gráfico 15 – FNE-MPE:Comparação entre ME e EPP - Valores contratados por UF (2009-2017)



Fonte: BNB -Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito. Elaboração própria.

Ao analisar as médias dos valores das operações por estado, observou-se que não houve grandes variações, pode-se dizer que houve até um equilíbrio na forma de operacionalizar o Programa. As microempresas contrataram em média valores entre R$ 35 mil e R$ 60 mil e as pequenas empresas entre R$ 80 mil e R$ 120 mil.

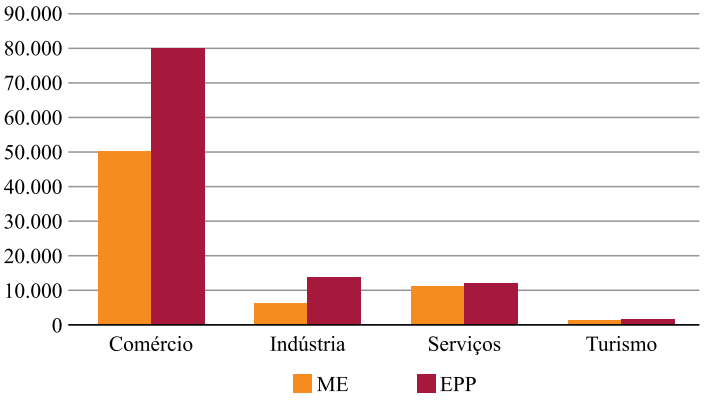
Gráfico 16 – FNE-MPE: Comparação ME e EPP - Valor médio por operação por UF (2009-2017)



Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito. Elaboração própria.

Quanto à quantidade de operações por setor de atividade, nas duas classes de empresas, verificou-se que as pequenas empresas superaram as microempresas no Comércio e na Indústria, permanecendo semelhante em número nos demais setores. Destacando as operações para o setor Indústria das empresas de pequeno porte, totalizaram mais que o dobro dessas operações nas microempresas.

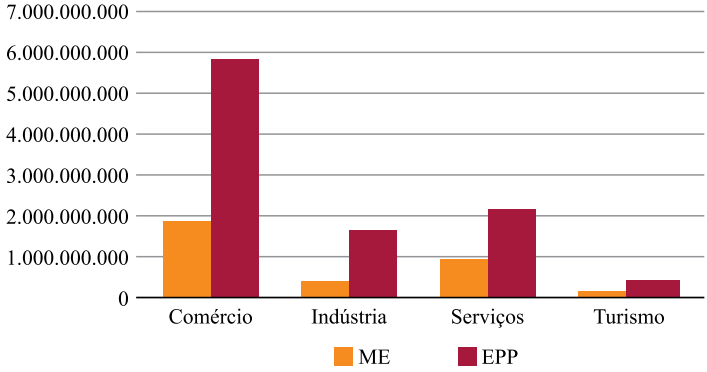
Gráfico 17 – FNE-MPE: Comparação ME e EPP - Operações contratadas por setor econômico (2009-2017)



Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito. Elaboração própria.

Quanto aos valores contratados por setor da economia, nas duas classes de empresa, verificou-se que as empresas de pequeno porte obtiveram um volume de valores contratados mais de duas vezes superior aos das micro-empresas, em todos os setores da economia.

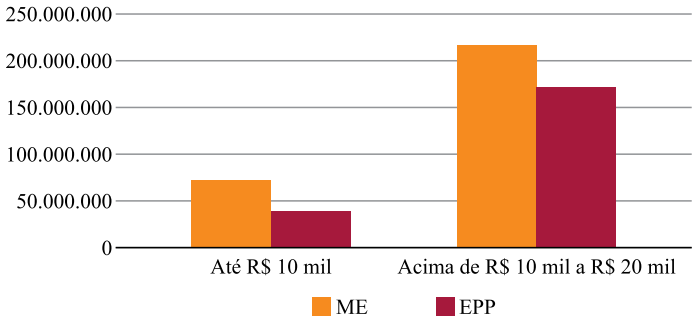
Gráfico 18 – FNE-MPE: Comparação ME e EPP - Valores contratados por setor econômico (2009-2017)



Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito. Elaboração própria.

Quanto às faixas de valores contratados, comparando-se as duas classes de empresas, verificou-se que as microempresas superaram as pequenas empresas em volume de contratações nas faixas até R$ 20 mil.

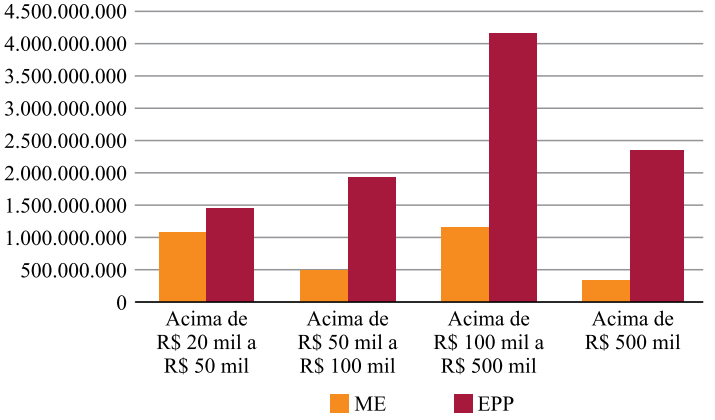
Gráfico 19 – FNE-MPE: Comparação ME e EPP - Valores contratados até R$ 20 mil (2009-2017)



Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito. Elaboração própria.

As pequenas empresas superaram os valores contratados das microempresas a partir da faixa superior a R$ 20 mil.

Gráfico 20 – FNE-MPE: Comparação ME e EPP - Valores contratados acima de R$ 20 mil (2009-2017)

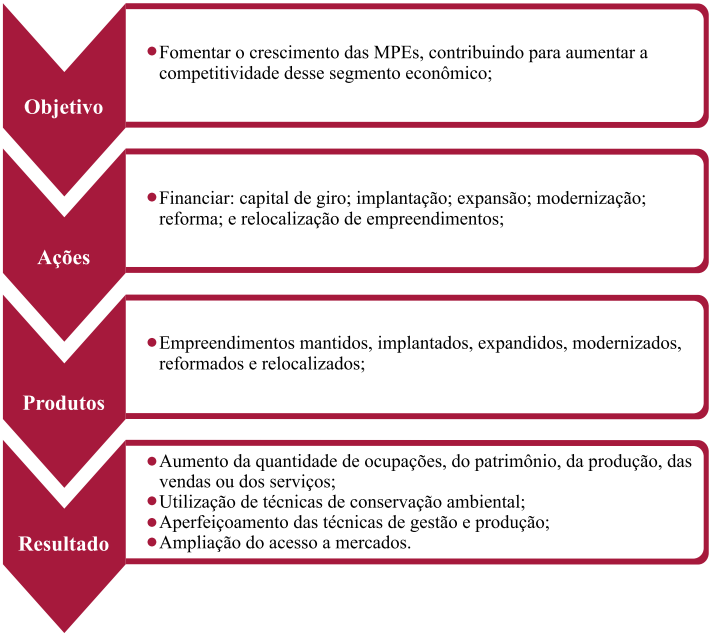


Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro de Operações de Crédito. Elaboração própria.

6 - AVALIAÇÃO DE RESULTADOS DO PROGRAMA FNE-MPE

Na Metodologia de Avaliação do FNE, foi traçada uma Matriz de Estrutura Lógica, que consiste na representação das conexões causais entre os objetivos, as ações, os produtos e os resultados que se pretende alcançar para o Programa FNE-MPE (SOUSA, 2012, p.48).

Figura 3 – Matriz de Estrutura Lógica para Avaliação do Programa FNE-MPE



Fonte: Sousa, J. *et al*. (2012).

Segundo Sousa (2012, p.18), um processo de avaliação tem como principal finalidade a aferição dos resultados de uma intervenção, conferindo se o que foi alcançado, está de acordo com o projetado. Desse modo, procura-se medir a eficácia de uma política ou programa, analisando em que medida as ações, as atividades e os produtos gerados proporcionaram o retorno esperado e se estão de acordo com as estratégias, os objetivos e as metas definidas no processo de planejamento.

Para desenvolver essa Avaliação de Resultados, tendo como base os parâmetros definidos nessa matriz, foram coletados dados, por meio de uma pesquisa documental e de uma pesquisa de campo, para uma amostra de empresas (407) que obtiveram financiamento no âmbito do Programa FNE-MPE, no período 2009-2017. Esses dados foram tratados, utilizando-se planilha Excel, de modo a serem obtidos subsídios para inferências e conclusões sobre os resultados do Programa.

6.1. Desconcentração das operações e presença no Semiárido

a) Quanto às operações contratadas

Partindo-se dos dados coletados na pesquisa documental, os 407 beneficiários do Programa FNE-MPE, que compuseram a amostra, contrataram R$ 82,2 milhões em 965 operações, o que gerou uma média de 2 operações por beneficiário. O valor médio por operação foi, aproximadamente, de R$ 85,2 mil. Tal desempenho assemelha-se ao universo da pesquisa onde o valor médio por operação foi de R$ 83 mil (Tabela 4).

Comparando tais resultados com o limite de R$ 500 mil estabelecido para a linha de financiamento de longo prazo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para pequenas empresas, conclui-se que o Programa FNE-MPE, cujo limite é definido pelo projeto e pela capacidade de pagamento da empresa, atendeu, prioritariamente, aquelas empresas que necessitavam e que podiam suportar uma dívida de pequeno porte. Tanto que, 98% das operações e 80% dos valores foram contratados com operações até R$ 500 mil, com uma média por operação de R$ 59,88 mil, evidenciando que o Programa possibilitou o acesso ao crédito às empresas de menor faturamento.

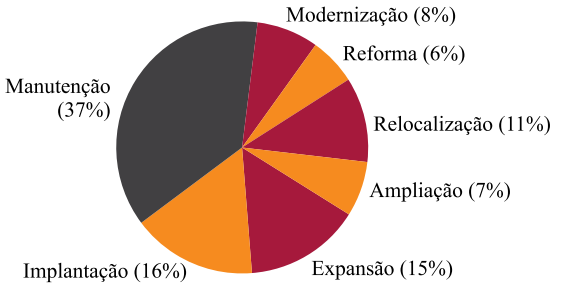
b) Quanto a presença do Programa FNE-MPE no Semiárido

Segundo a Programação Regional do FNE 2017, o quadro das desigualdades ocorre também dentro da própria Região, representando um desafio adicional a ser enfrentado nas ações do BNB. Para tanto, os artigos 43 e 159 da Constituição Federal e o artigo 2º da Lei Complementar 7.827 destinaram metade dos recursos do FNE, ingressados a cada ano, para aplicação no Semiárido.

Figura 4 – Área de atuação do BNB com destaque para o Semiárido

De acordo com os dados da amostra, 67% das operações foram realizadas em municípios localizados no Semiárido. Do total dos valores contratados, 37% tiveram a finalidade de manutenção (capital de giro, aquisição de mercadorias, insumos ou matérias-primas) e 63% foram contratados para a realização de investimentos de longo prazo, dos quais cabe destacar que 16% foram aplicados na implantação de novas empresas (Gráfico 21).

Gráfico 21 – FNE-MPE: Percentual dos valores contratados no Semiárido por finalidade do crédito (2009-2017)



Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro das Operações de Crédito e Pesquisa Documental (S400, S035, S970). Elaboração própria.

Desse modo, o Programa FNE-MPE cumpriu as diretrizes e o objetivo para o qual foi criado, promovendo o desenvolvimento de áreas de maior carência econômica, ao tempo em que investe em novos projetos produtivos.

c) Quando a diversificação das atividades econômicas

Para identificar as atividades econômicas, objeto do financiamento, foi realizada pesquisa documental nos sistemas do BNB, possibilitando identificar 113 atividades, das quais o comércio varejista de produtos em geral com predominância de alimentos, que identifica os estabelecimentos como os supermercados, mercados e minimercados, contrataram 15,6% das operações e 9,4% do valor total e apresentaram um valor médio por operação de R$ 52 mil. Tais créditos tiveram, principalmente, a finalidade de manutenção (capital de giro ou aquisição de mercadorias).

Observou-se ainda que, 10 outras atividades do comércio varejista e de serviços tiveram uma maior demanda por crédito e detiveram 57,5% dos valores contratados e cerca de 12% da quantidade de operações, foram elas: serviço de hospedagem, em hotéis e pousadas; comércio varejista de material para construção civil; comércio varejista de produtos derivados do petróleo; comércio varejista de peças e acessórios para veículos; serviços de locação de veículos, máquinas e equipamentos; serviços de bares, restaurantes, lanchonetes e marmitarias; comércio varejista de confecção, vestuários e acessórios; comércio varejista de artigos de confecção, para casa e perfumaria como magazines e armarinhos.

Destacaram-se, ainda, as atividades na área da saúde com 5,2% do valor contratado, referente as operações com clínicas de oftalmologia, odontologia, fisioterapia, especialidades médicas em geral e laboratório de análises clínicas, com a finalidade de modernização com a aquisição de máquinas e equipamentos.

Além da coleta de dados sobre a atividade principal da empresa, foi possível identificar que 28% das micro e pequenas empresas da amostra, também desempenhavam outras atividades, com o mesmo CNPJ. Por exemplo, uma empresa que obteve financiamento para a atividade de comércio varejista de peças e acessórios para veículos, também realizava serviços de reparação e conservação.

Em outros casos, observou-se ainda que, em 18% das empresas da amostra, um ou mais sócios possuíam participação em outras empresas com uma média de 3 participações. Essas empresas responderam por 16,7% das operações e 40,8% dos valores contratados, sendo que o valor médio por operação foi 244% superior aos das empresas que não possuem participação (Tabela 13).

Tabela 13 – Operações e valores contratados das empresas da amostra cujos sócios possuem participação em outras empresas (2009-2017)

PARTICIPAÇÃO EM OUTRAS EMPRESAS	AMOSTRA		OPERAÇÕES		VALOR CONTRATADO (R$ MIL)		VALOR MÉDIO POR OPERAÇÃO (R$ MIL)
NÃO	334	82,06%	804	83,3%	48.675,00	59,2%	60,54
SIM	73	17,94%	161	16,7%	33.538,44	40,8%	208,31
TOTAL	**407**		**965**		**82.213,45**		**85,20**

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro das Operações de Crédito e Pesquisa Documental (S400, S035, S970). Elaboração própria.

6.2. Finalidade do crédito

O Programa FNE-MPE tem como objetivo suprir de recursos financeiros as MPEs localizadas na área de atuação do FNE, na modalidade de curto prazo, que contempla os créditos até 36 meses, para aquisição isolada de bens, com o fim de formação de estoques para vendas nos mercados interno e externo; de insumos e matérias-primas; bem como crédito para cobrir gastos gerais relativos ao funcionamento do empreendimento. Na modalidade longo prazo, cujo prazo da operação é definido pelo projeto de investimento, o Programa financia a implantação, expansão, modernização, reforma e relocalização de empreendimentos, inclusive a elaboração de estudos ambientais e os investimentos estabelecidos nas condicionantes das licenças ambientais, bem como capital de giro associado. (BNB, 2017, pág. 79).

No período em análise, 32,4% dos valores contratados foram, exclusivamente, para a modalidade de curto prazo, e 67,6% para investimentos (Tabela 14).

Tabela 14 – Operações e valores contratados por finalidade (2009-2017)

MODALIDADES	OPERAÇÕES	VALOR CONTRATADO (R$ mil)	VALOR MÉDIO (R$ mil)
Curto prazo	581	26.649,24	45,87
Longo prazo	384	55.564,20	144,70
TOTAL	**965**	**82.213,44**	**85,20**

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro das Operações de Crédito e Pesquisa Documental (S400, S035, S970). Elaboração própria.

Para melhor compreender essas modalidades, torna-se necessário esclarecer os conceitos dos parâmetros que foram utilizados nesta pesquisa, da seguinte forma:

a. **Manutenção** se refere aos itens para aquisição isolada de bens para formação de estoque, insumos ou matérias-primas, bem como o ressarcimento de gastos gerais relativos ao funcionamento do empreendimento;

b. **Expansão** se refere às operações cujas inversões estavam relacionadas a aumento de mercado, como a aquisição de veículos para aumentar a comercialização de produtos;

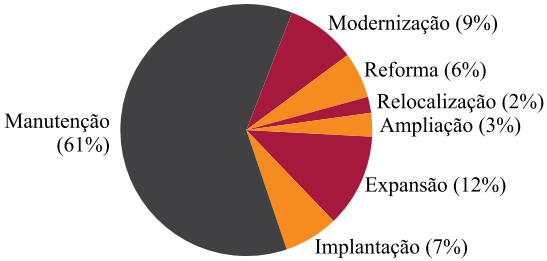
c. **Ampliação** se refere às inversões financiadas com a finalidade de incrementar a área física do local do empreendimento, seja na matriz ou na filial, envolvendo, necessariamente, construção civil;

d. **Reforma** se refere às inversões voltadas para promover mudanças no empreendimento sem implicar aumento de área física, como móveis e mobiliários em geral, equipamentos de escritório, podendo envolver ou não despesas com construção civil;

e. **Modernização** se refere às inversões relacionadas com máquinas, equipamentos ou tecnologia voltadas para incremento ou melhoria dos métodos de produção, vendas ou serviços.

No Gráfico 22, observou-se que 61% das operações foram contratadas com a finalidade de manutenção e 39% com a finalidade de investimentos, destacando-se expansão (12%) e modernização (9%).

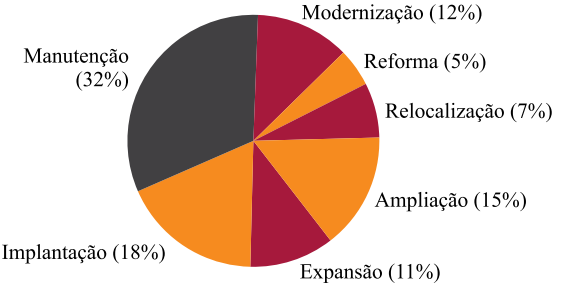
Gráfico 22 – FNE-MPE:Operações contratadas por finalidade



Fonte: BNB - Pesquisa Documental (S400, S035, S970) - Elaboração própria.

Com relação aos valores contratados, observou-se que 32% foram direcionados para a finalidade de manutenção e 68% para investimentos, destacando-se: implantação 18% e ampliação 15%, conforme Gráfico 23.

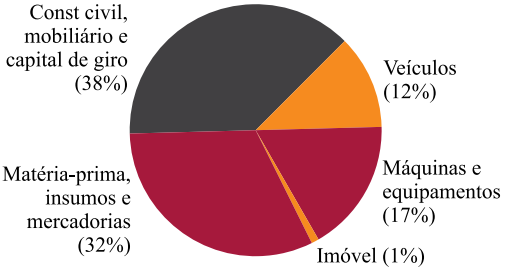
Gráfico 23 – FNE-MPE: Valores contratados por finalidade



Fonte: BNB - Pesquisa Documental (S400, S035, S970) - Elaboração própria.

Quanto aos valores contratados por tipo de inversão ou seja, pelo produto ou serviço adquirido pelo beneficiário, observou-se que a construção civil, vinculada ao capital de giro, foi a mais demandada, seguindo-se da aquisição de matéria-prima, insumos e mercadorias. Quanto às inversões próprias de modernização como máquinas e equipamentos, elas atingiram 17% dos valores contratados. A aquisição de imóveis de unidades produtivas representou 1% do valor total contratado (Gráfico 24).

Gráfico 24 – FNE-MPE: Principais inversões - Valores contratados



Fonte: BNB - Pesquisa Documental (S400, S035, S970) - Elaboração própria.

Tal resultado sugere que o Programa atendeu a finalidade para o qual foi criado, e que os recursos foram investidos visando o crescimento e a continuidade dos empreendimentos, em conformidade com as diretrizes contidas na Programação do FNE.

6.3. Quadro das ocupações nas empresas beneficiárias

No momento inicial da abordagem ao respondente da pesquisa de campo, foi solicitada a identificação da função na empresa da pessoa que se prontificou a responder todo o questionário. Desse modo, 74% se identificaram como proprietários; 14% como sócios; 10% como gerentes; 1% como contador; e 1% como empregado.

A primeira questão da entrevista foi acerca do quadro de ocupações. A partir dessas informações, foi possível traçar as características dos empregos gerados pelas micro e pequenas empresas da amostra, conforme a seguir:

a. as ocupações geradas foram distribuídas por categoria da seguinte forma: 56% formais; 21% informais; 7% temporárias e 16% familiares;
b. a média geral das ocupações das empresas foi de 11 empregados;
c. 11% das empresas possuíam as quatro categorias objeto da pesquisa (formais, informais, temporários e familiares) com uma média de 23 empregados;
d. 17,4% das empresas possuíam apenas empregados formais com uma média de sete;
e. 1,8% apenas informais com uma média de cinco;
f. 3,9% somente familiares com uma média de três;
g. uma empresa registrou que possuía apenas dois temporários;
h. 64,1% possuíam colaboradores em duas ou três categorias;
i. 1,8% das empresas da amostra não possuía empregado.

Comparando-se o tempo de constituição e o quadro de ocupações totais, observou-se que a média de pessoal ocupado foi maior nas empresas com menos de 10 anos. Essas empresas detiveram, aproximadamente, 61% das ocupações das empresas da amostra.

Tabela 15 – Distribuição do pessoal ocupado por tempo de constituição

TEMPO DE CONSTITUIÇÃO	AMOSTRA	% TOTAL	PESSOAL OCUPADO	% TOTAL	MÉDIA PESSOAL OCUPADO
Menos de 10 anos	232	57,71%	2.705	60,70%	12
Entre 10 e 20 anos	115	28,60%	1.184	26,58%	10
Acima de 20 anos	55	13,69%	567	12,72%	10
TOTAL	**402(1)**	**100,00%**	**4.456**	**100,00%**	**11**

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro das Operações de Crédito e BNB - Etene - Capp - Pesquisa de Campo. Elaboração própria.Nota: (1) menos 5 empresas que informaram não possuir colaboradores.

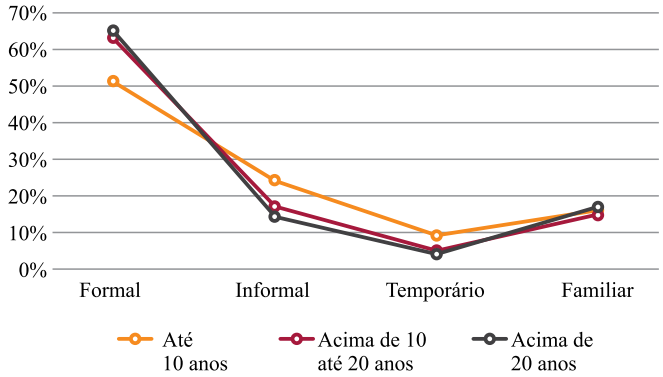
Observou-se ainda que, a participação das ocupações formais cresceu à medida em que foi aumentando a faixa de tempo de constituição da empresa; as ocupações informais e temporárias decresceram e as ocupações dos membros da família não apresentaram variação (Tabela 16 e Gráfico25).

Tabela 16 – Distribuição do pessoal ocupado por tipo de ocupação e por tempo de constituição das empresas da amostra

TEMPO DE CONSTITUIÇÃO	FORMAL	INFORMAL	TEMPORÁRIO	FAMILIAR
Até 10 anos	51%	24%	9%	16%
Acima de 10 anos até 20 anos	63%	17%	5%	15%
Acima de 20 anos	65%	14%	4%	17%

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro das Operações de Crédito e BNB - Pesquisa de Campo. Elaboração própria.

Gráfico 25 – FNE-MPE: Ocupações por faixa de tempo de constituição



Fonte: BNB-Ambiente de Controle Financeiro das Operações de Crédito; BNB - Pesquisa de Campo. Elaboração própria.

Distribuindo-se as ocupações de acordo com o tipo de MPE, verificou-se haver relação entre a variável faixa de faturamento e a quantidade de empregados. As pequenas empresas tiveram o dobro da média e um total de empregados 128% maior do que as microempresas (Tabela 17).

Tabela 17 – Quadro geral de ocupação por tipo de MPE

TIPO DE EMPRESA	EMPRESAS (a)	EMPREGADOS (b)	% TOTAL	MÉDIA (b/a)
ME	198	1.347	30%	7
EPP	204	3.109	70%	15
Total	**402 (1)**	**4.456**	**100%**	**11**

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro das Operações de Crédito e BNB - Pesquisa de Campo. Elaboração própria.
Nota: (1) menos 5 empresas que informaram não possuir empregados.

Verificou-se ainda que a formalização já é uma realidade para as MPEs. Dentre as Microempresas, 80% possuíam empregados do tipo formalizado; 70% familiares ocupando alguma função na empresa; 54% informais e 22% temporários. Com relação às Pequenas Empresas, 93% delas pos-

suíam empregados do tipo formalizado; 67% familiares ocupando alguma função na empresa; 46% informais e 28% temporários.

Cabe destacar o índice expressivo da presença de empregados com vínculos familiares, tanto nas microempresas quanto nas pequenas empresas. Em 2016, o Sebrae realizou pesquisa para identificar a proporção de "empresas familiares" no universo dos Pequenos Negócios formais no Brasil. Nesse trabalho, ficou constatado que 52% das empresas MPE possuíam sócio ou empregados membros da família[8], sendo que a maior proporção foi das empresas de pequeno porte com 59%, enquanto as microempresas detiveram 51%.

6.4. Percepção das mudanças ocorridas nas MPEs após o financiamento

a) Mudanças no quadro de ocupações

Durante a entrevista para preenchimento do questionário, foi indagado aos representantes das empresas, além do quantitativo do quadro de ocupação no momento da pesquisa, as mudanças ocorridas após a contratação e aplicação dos recursos do Programa FNE-MPE. Foram obtidas as seguintes respostas (Quadro 4):

a. 86% (349) responderam que possuíam empregados formalizados, sendo que, 46% informaram que houve crescimento desse contingente; 42% que não houve alteração; e, 12% que houve redução no quadro de formalizados. A categoria formal apresentou o maior índice de crescimento dentre as demais categorias;

b. 49,6% (202) responderam que possuíam empregados informais, sendo que, 38% informaram que houve crescimento; 57% que não houve alteração; e, 5% que houve redução no quadro de informais;

c. 25% (101) dos beneficiários da amostra informaram que possuíam empregados temporários, sendo que, 38% informaram que houve crescimento desse contingente; 49% que não houve alteração; e, 13% que houve redução;

d. 68% (274) informaram que possuíam membros da família em seu quadro de ocupações, sendo que, 14% informaram que houve cres-

8 Conforme documento dessa pesquisa do Sebrae, foi consultado às empresas sobre membros da família nas seguintes categorias: pai, mãe, avô ou avó, filho (a), neto (a), sobrinho(a) ou cunhado(a).

cimento desse contingente; 84% informou que não houve alteração; e, 2% redução. O quadro de ocupação na categoria membros da família apresentou o maior índice de não alteração e o menor de redução dentre as categorias.

Quadro 4 – Mudanças no quadro de ocupações

PERCEPÇÃO DE MUDANÇA	FORMAL	INFORMAL	TEMPORÁRIO	FAMÍLIA
Quantidade de Empresas da amostra	349	202	101	274
Cresceu	46%	38%	38%	14%
Diminuiu	12%	5%	13%	2%
Não alterou	42%	57%	49%	84%

Fonte: BNB - Pesquisa de Campo. Elaboração própria.

b) Mudanças no desempenho global após o financiamento

Na pesquisa de campo, foi indagado acerca das mudanças ocorridas no desempenho da empresa após a aplicação do crédito do Programa FNE-MPE, obtendo-se os seguintes resultados:

a. 60% das empresas da amostra responderam que houve incremento de serviços, produção ou vendas e 80% delas puderam estimar esse crescimento médio em torno de 37%;

b. 58% perceberam crescimento na quantidade de fornecedores, 82% no volume de clientes e 45% na concorrência.

c. com relação ao crescimento do faturamento da empresa, 58% responderam positivamente, estimando-o em torno de 35%;

d. quanto ao patrimônio da empresa, 52% informaram ter havido crescimento e 38% informaram que houve crescimento dos bens da família, sendo os mais citados veículos e imóveis.

Cabe destacar que as empresas que informaram ter havido crescimento após o crédito, implementaram mudanças na administração 69%; em tecnologia 72%; na produção 55% e no processo de vendas 76%. Além desses aspectos, 24% dessas empresas implementaram algum tipo de inovação: vendas online, informatização, pesquisa de mercado, novas formas de produção e diversificação de produtos, dentre outras.

As empresas que informaram ter havido um crescimento global após o financiamento, aproximadamente 67%, tiveram um faturamento médio e uma média de empregados maiores do que as empresas que informaram ter havido redução (10%) ou não ter havido alteração (23%).

Tabela 18 – Percepção sobre o desempenho global da empresa após o financiamento

PERCEPÇÃO DE MUDANÇA	QUANTIDADE	% TOTAL	FATURAMENTO MÉDIO (R$)	TEMPO
Cresceu	272	67%	756.410,30	10
Diminuiu	41	10%	717.733,56	10
Não alterou	94	23%	612.082,96	12
Total	**407**	**100%**		

Fonte: BNB - Ambiente de Controle Financeiro das Operações de Crédito. BNB - Pesquisa de Campo. Elaboração própria.

Para Cacciamali (1997), a insuficiência de capital e de capacitação técnico-administrativa são fatores que restringem o nível do empreendimento e até mesmo a sua continuidade. Como sua adequação aos novos padrões da produção e do mercado é lenta, muitas vezes não lhe resta senão fechar as portas. Soma-se a isso que um elevado número de pequenos negócios são empreendidos com vistas à sobrevivência de seus proprietários e não com objetivo de acumulação, de capitalização – o que restringe ainda mais a probabilidade de sucesso do negócio.

c) Percepção sobre a importância do crédito do Programa FNE-MPE

Complementando as informações sobre as mudanças após a contratação e aplicação do crédito, foi indagado aos respondentes se concordavam com a seguinte afirmativa: "*Após o financiamento com o Banco do Nordeste, o seu empreendimento, a sua vida e a da sua família melhoraram",* o que foi respondido afirmativamente por 72% dos respondentes.

6.5. Rendimentos e perdas não previstas

a) Outros rendimentos dos sócios ou proprietários

Do total de empresas da amostra, 43% dos sócios ou proprietários responderam que possuem outra fonte de rendimentos, além do *pró-labore,* e, em 32% dos casos, a outra fonte foi de valor maior.

b) Outras fontes de recursos

Quanto à busca por recursos para aplicar no negócio, além do que foi contratado e aplicado no Programa FNE-MPE, 39% buscaram outros recursos, dos quais 74% foram recursos do sócio ou proprietário, da família (dentre os mais citados foram poupança, imóveis e veículos) ou de amigos, e 26% de outros bancos.

c) Ocorrências de perdas após a contratação do crédito

Na pesquisa de campo, 31% dos entrevistados responderam positivamente quando foram indagados acerca da ocorrência de eventos no empreendimento ou na família que proporcionaram impactos negativos sobre o desempenho do negócio. Foram citadas as seguintes ocorrências: furtos de bens da empresa ou pessoal; acidentes automobilísticos e perda de empregados essenciais para o desenvolvimento do negócio.

d) Utilização de procedimentos de conservação ambiental pelas MPEs

Os negócios de pequeno porte precisam trazer para o cotidiano a discussão da sustentabilidade, pois além de fortalecerem a imagem da empresa, a médio e longo prazos, podem reduzir custos de produção, bem como gerar alguma oportunidade de negócios. A produção mais limpa deve constar no planejamento estratégico de qualquer empresa (Martins, 2011).

Em 2013, um relatório publicado pelo Sebrae sobre sustentabilidade nas empresas brasileiras apontou que a questão ambiental estava mais presente na indústria do que nos demais setores e as EPP reconheceram o tema mais do que as ME. Além disso, as empresas em geral, informaram que não possuem conhecimento sobre o assunto, embora tenham lhe atribuído grande importância. Dentre as medidas tomadas pelas empresas foram citados: controle do consumo de energia, água e papel; reutilização da água; e apenas 4% não adotavam nenhuma medida.

Em recente pesquisa de âmbito nacional publicada pelo Sebrae (2018), 17% dos empresários enfrentaram algum problema com o abastecimento de água durante 2017 e em resposta ao problema, quase metade adotou alguma ação visando reduzir o consumo de água ao longo do ano e mais de 30% dos empresários acreditam que enfrentarão problemas de abastecimento de água nos próximos 12 meses. Em 2017, a adoção de medidas para reduzir o consumo de água foi implementada por 52% das EPP e por 47% das ME e 46% das MPE da Região Nordeste adotaram alguma medida. Quanto ao consumo de energia elétrica, 55% das empresas em geral adotaram alguma medida para reduzir o consumo, dentre elas se destacaram o consumo mais consciente e a troca de equipamentos; apenas 1% implementou energia renovável ou solar. A maioria das empresas, no entanto, não sabem medir o percentual do custo da água e da energia nos custos totais da empresa.

Dada a importância do uso racional dos recursos, foi incluída na pesquisa do Programa FNE-MPE, a título de informação complementar, uma questão específica sobre medidas adotadas pelas empresas beneficiárias do Programa. Das 407 micro e pequenas empresas que participaram da pesquisa de campo, 58% responderam não utilizar qualquer procedimento de conservação ambiental. As demais empresas (42%), que responderam afirmativamente, possuíam em média mais de 10 anos de tempo de constituição e, 58% delas eram EPP e 42% ME. Os procedimentos mais citados foram: estão expressos no Quadro 5.

Observou-se que o tema ainda é muito incipiente para as microempresas e empresas de pequeno porte beneficiárias do Programa, mas há um campo bastante amplo para realização de negócios, principalmente, em outras linhas do FNE voltadas para financiamento de alternativas energéticas.

Quadro 5 – Procedimentos de conservação ambiental adotados pelas MPE

DESCRIÇÃO DOS PROCEDIMENTOS	RELATOS
Separação de lixo orgânico e inorgânico	40
Aproveitamento da água da chuva	10
Consumo racional de água	10
Energia alternativa	6
Reutilização de água	6
Armazenamento de gordura vegetal ou óleo para reciclagem	5
Consumo racional de energia	4
Tratamento de resíduos sólidos	3
Descarte de bateria em local adequado	2
Uso de lâmpadas LED	2
Armazenamento para produtos químicos	1
Redução do uso de resíduos sólidos	1
Resfriamento das secadoras	1
Uso de gás natural para veículos	1

Fonte: BNB - Pesquisa de Campo. Elaboração própria.

6.6. Expectativa de investimentos até 2023

Os entrevistados responderam ainda que planejam realizar investimentos na empresa nos próximos 5 anos, destacando-se: 86% em tecnologia; 77% em reforma; 87% em capacitação; 88% na ampliação do negócio; 58% na ampliação da frota; 85% na diversificação do produto. Outras 6 empresas informaram que pretendem fechar o negócio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contextualiza-se o Programa FNE-MPE no âmbito das políticas públicas voltadas para promover a redução das desigualdades regionais, o desenvolvimento de pequenos negócios e a geração de ocupação e renda. Foram consolidadas ao longo dos anos 1990 e anos 2000, para arrefecer os impactos negativos das crises econômicas, do avanço tecnológico e da globalização sobre as ocupações.

O Programa FNE-MPE cumpriu as diretrizes e as finalidades para o qual foi criado.

O Programa FNE-MPE vem atendendo, desde a sua criação em 2009, às diretrizes e orientações estabelecidas pelo Condel-Sudene e pelo Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), contidas nas programações anuais do FNE.

No período 2009 a 2017, foram contratadas 198.139 operações, totalizando um valor de R$ 15,8 bilhões. Em relação à quantidade de operações, o Programa cresceu, em média 7% ao ano, saindo de um patamar de 17.194 para 27.759 operações. Quanto ao volume de contratações, o crescimento médio foi de 12% ao ano, de um montante de R$ 937,57 milhões em 2009 alcançou R$ 2,3 bilhões em 2017. Tal desempenho superou a tendência dos créditos direcionados e livres a pessoas jurídicas do SFN no mesmo período.

As contratações do Programa FNE-MPE cresceram em média 12% a.a.

A Avaliação da Execução do Programa FNE-MPE, realizada a partir da análise de dados primários, possibilitou as seguintes inferências:

a. o Programa FNE-MPE, no período entre 2009 a 2017, atendeu as projeções estabelecidas nas programações anuais, obtendo uma média de 98% de cumprimento da meta operacional;

b. quanto ao tempo de constituição das MPEs, a média geral foi de 11 anos e as empresas com menos de 10 anos representaram 58%;

c. as empresas de menor faturamento procuraram o Programa mais do que as empresas com faturamento mais elevado, uma vez que a média do faturamento das microempresas foi de R$ 158,56 mil e das empresas de pequeno porte R$ 1,3 bilhões;

d. nas empresas da amostra, a média do faturamento cresceu à medida em que aumentou o tempo de constituição da empresa;

e. as operações de valor até R$ 100 mil responderam por 81,7% do total das operações e 30,70% dos valores contratados, enquanto que as operações contratadas de valores acima de R$ 100 mil responderam por 18,3% das operações e 69,30% dos valores contratados;

f. dentre os setores da economia, o comércio foi o que mais contratou, absorvendo 57,53% do total, refletindo o desempenho do PIB nesse setor.

A Avaliação de Resultados do Programa FNE-MPE foi desenvolvida a partir de uma pesquisa documental sobre os beneficiários e as operações contratadas, utilizando os sistemas do Banco, e de uma pesquisa de campo, por meio de entrevista estruturada com os representantes das empresas beneficiárias do Programa.

O Programa FNE-MPE atendeu às finalidades para as quais foi criado.

O tratamento e a análise dos dados coletados possibilitaram inferir que o Programa FNE-MPE atendeu aos objetivos das políticas públicas para as quais foi criado; cumpriu as diretrizes e orientações das programações anuais; ao tempo em que promoveu o crescimento e manutenção das empresas beneficiárias, destacando-se:

a. quanto à geração de ocupação e renda, observou-se que a média geral das ocupações das empresas foi de 11 empregados e cerca de 56% das ocupações eram formais, 21% informais, 7% temporárias e 16% exercidas por membros da família;

b. do total de entrevistados, 46%, informaram que houve crescimento do quadro de empregados formais e 42% manutenção do quadro. A categoria formal apresentou o maior índice de crescimento

dentre as demais categorias e a categoria membros da família apresentou o maior índice de manutenção 84%;

c. quanto ao desempenho geral, 90% das empresas cresceram ou foram mantidas, apenas em 10% ocorreram redução;

d. quanto aos aspectos específicos relacionados podem ser destacados que: em 60% das empresas houve incremento de serviços, produção ou vendas; em 58% houve incremento no faturamento; 52% informaram que houve crescimento no patrimônio da empresa;

e. 69% das empresas implementaram mudanças nos processos administrativos, 72% em tecnologia, 55% na produção, 76% no processo de vendas e 24% implementaram algum tipo de inovação: vendas online, informatização, pesquisa de mercado, novas formas de produção e diversificação de produtos, dentre outras;

quanto às fontes de recursos para aplicação no negócio, 61% não buscaram outros recursos além do crédito do Programa FNE-MPE e 39% utilizaram outras fontes;

67% das empresas responderam que houve crescimento global da empresa após o crédito e 23% que foi possível a sua manutenção.

a. 86% das empresas informaram que tinham expectativas para realizar investimentos até 2023;

b. 72% das empresas participantes responderam positivamente, quando indagadas se concordavam com a seguinte afirmativa: "Após o financiamento com o Banco do Nordeste, seu empreendimento, a sua vida e a da sua família melhoraram".

Uma outra característica do grupo de empresas de pequeno porte dessa amostra é que foi constatado que 18% delas possuem outras empresas vinculadas a pelo menos um dos sócios e elas responderam por 40,8% dos valores contratados com a finalidade de investimento com um valor médio por operação 3 vezes maior que as empresas sem participação.

72% dos respondentes afirmaram que, após o crédito do FNE-MPE, o empreendimento, a vida do empresário e da família melhoraram.

Complementarmente, procedeu-se com uma análise exploratória, onde foi possível confirmar a representatividade da amostra, ou seja, as inferências obtidas a partir da amostra podem ser estendidas para a população das empresas beneficiárias do Programa. Procurou-se, ainda, medir o efeito do valor contratado sobre a situação reportada pelos empresários. Observou-se que as empresas que adotaram soluções tecnológicas no campo da informática ou implementaram mudanças na estratégia de vendas ou na gestão da produção tenderam a apresentar melhores resultados. Por outro lado, as empresas de pior desempenho também foram aquelas que menos investiram em mudanças, particularmente nas áreas de informática e técnicas de produção.

Como recomendações para aperfeiçoamento do Programa FNE-MPE a serem implementadas pelas áreas afins, destacam-se:

criar sistemática para aprimoramento e acompanhamento da qualidade das informações do Programa FNE-MPE, visando aprimorar as decisões nas agências e na área negocial, como também possibilitar a realização de avaliações do Programa mais sistemáticas com redução de tempo e custos;

Foi constatado na pesquisa que é um fator de sucesso aliar o crédito a mudanças nas gestão, produção ou na tecnologia.

a. analisar a viabilidade de serem implementadas estratégias negociais específicas para microempresas e outra para as empresas de pequeno porte;

b. promover desafios negociais para incrementar as contratações das MPEs nos setores da Indústria e do Turismo;

c. desenvolver campanhas específicas para as microempresas e para as empresas de pequeno porte voltadas para a implementação de procedimentos de preservação e conservação ambiental ;

d. fortalecer ações de forma complementar ao apoio do crédito, estabelecendo parcerias para estimular a implementação de melhorias nas áreas de tecnologia, gestão, vendas e produção para as microempresas e para as empresas de pequeno porte.

Desse modo, conclui-se que a atuação do Programa FNE-MPE tem sido relevante para as empresas beneficiárias, tanto em relação ao crescimento e manutenção do desempenho global quanto aos aspectos específicos, atendendo às finalidades, condições operacionais e programação para o qual foi criado.

REFERÊNCIAS

Almeida, Paulo Roberto. **Sobre políticas de governo e políticas de Estado: distinções necessárias.** Disponível em: <http://www.institutomillenium.org.br/ artigos/sobre-politicas-de-governo-e-politicas--de-estado-distincoes-necessarias> Acesso em: 02/10/2017.

BCB. **Relatório de Economia Bancária**. Série 2011, 2014, 2017, 2018. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/relatorioeconomiabancaria>. Acesso em 20/08/2019.

Bede, Marco Aurélio e Lago, Kenniston. **Relatório Especial - O Financiamento das MPE no Brasil.** Sebrae, UGE, setembro de 2017. Disponível em: <http: //datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2017/09/RELAT%C3%93RIO-ESPECIAL -Financiamento-das-MPE-2017-Final.pdf>. Acesso em 26/03/2019.

Bernardo, Nathalia Rana Rosa; Vieira, Edson Trajano; Araújo, Elvira Aparecida Simões de. **A relevância da atividade empreendedora para o desenvolvimento econômico de um país.** Guaratinguetá, Revista Científica On-line Tecnologia**,** Faculdade de Tecnologia, v.2, nº1, novembro, 2013. Disponível em: <http://www.fatecguaratingueta. edu.br /revista / index.php/RCO-TGH /article / view/22/31>. Acesso em: 09/04/2019.

BNB. **Histórico.** Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/historico>. Acesso em 10/04/2018.

BNB. **Relatório de Administração 2018**. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br /documents/50268/5403116/Relatorio+Administra%C3%A7%C3%A3o+2018+Anual+pdf/f52d86ec-89c5-09e1-7f31-572a16c8bde9>. Acesso em: 30/09/2019

BNB. **Programação Regional do FNE**. Série histórica 2012 a 2017. Disponível em: <http://www.sudene.gov.br/fundo--constitucional-de-financiamento-do-nordes te-fne/programacao--regional-e-legislacao-do-fne>. Acesso em 05/04/2018.

BNB. **Programação Regional do FNE**. Série histórica 2009 a 2011. Disponível em:

https://www.bnb.gov.br/. Acesso em: 30.10.2019

BNB. **Relatório de Resultados e Impactos do FNE 2017**. BNB, Fortaleza, 2018. Disponível em: <http://www.sudene. gov.br/fundo-constitucional-de-financia mento-do-nordeste--fne/relatorios-de-gestao-do-fne>. Acesso em: 3/01/2019.

BNB. **Relatório de Resultados e Impactos do FNE. Série histórica 2009 - 2016**. Disponível em: <http://www.sudene. gov.br/fundo-constitucional-de-financia mento-do-nordeste--fne/relatorios-de-gestao-do-fne>. Acesso em: 3/01/2019.

BNB. **Relatório de Gestão 2017.** BNB, Fortaleza, 2018. Disponível em: <https: //contas.tcu.gov.br/econtasWeb/web/externo/listarRelatoriosGestao.xhtml>. Acesso em: 3/01/2019.

BNDES. BNDES Crédito para pequenas empresas. Disponível em: https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/bndes-credito-pequenas-empresas. Acesso em 10/10/2019.

Brandão, André A. **Conceitos e coisas: Robert Castel, a "desfiliação" e a pobreza urbana no Brasil.** Revista Emancipação, vol.2, n°1, 2002. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index. php/emancipacao/article/view/34>. Acesso em: 20/01/2019.

Brasil. **Constituição Federal 1988**. Disponível em: <http:// www.planalto.gov.br/ ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em 10.03.2018.

Cacciamali, M. C**. Flexibilidade e micro e pequenas empresas**. Revista São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 82-87, jan./mar. 1997. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/ produtos/spp/v11n01/v11n01_09.pdf>. Acesso em 26/03/2019.

Everton Junior, Antonio. **MPE: avanços importantes para as micro e pequenas empresas 2017-2018** / Antonio Everton Junior. – Rio de Janeiro : Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, 2017. Disponível em: <http://cnc.org.br/central--do-conhecimento/livros/economia/mpe-avancos-importantespara--micro-e-pequenas-empresas-2017>. Acesso em 16/11/2018.

Greco, Simara Maria de Souza Silveira. Global Entrepreneurship Monitor. **Empreendedorismo no Brasil: 2016** \ Coordenação de Simara Maria de Souza Silveira Greco; diversos autores - Curitiba: IBQP, 2017. Disponível em: <http://ibqp.org.br/wp-content/uploads/2017/07/AF-GEM-Nacional-BAIXA.pdf>. Acesso em: 20/10/2018.

Holanda, Antonio Nilson Craveiro. **Avaliação de Programas**. Rio - São Paulo - Fortaleza: ABC Editora, 2006.

IBGE. **Demografia das empresas : 2014.** IBGE, Coordenação de Metodologia das Estatísticas de Empresas, Cadastros e Classificações. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98073.pdf>. Acesso em: 15/02/2018.

IBGE. **Estatísticas do cadastro central de empresas : 2017** / IBGE, Coordenação de Metodologia das Estatísticas de Empresas, Cadastros e Classificações. Rio de Janeiro : IBGE, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br /visualizacao /livros/liv101590.pdf>. Acesso em: 20/08/2019

IPEA. **Políticas Públicas de Emprego Trabalho e Renda no Brasil.** Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/bd/pdf/2006/cap7_politicas.pdf>. Acesso em: 28/09/2017.

Lundberg, Eduardo Luís. **Bancos Oficiais e crédito direcionado - o que diferencia o mercado de crédito brasileiro**. BCB, TD258, novembro, 2011. Disponível em: < https://www.bcb.gov.br/pec/wps/port/TD258.pdf>. Acesso em 26/03/2019.

Madeira, Ligia Mori. (org). **Avaliação de Políticas Públicas**, Porto Alegre, UFRGS, Cegov, 2014.

Martins, Heloisa Helena T. de S**. Metodologia qualitativa de pesquisa**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n2/v30n2a07.pdf>. Acesso em 29/09/2017.

Martins, Philip Machado. **A sustentabilidade nas micro e pequenas empresas**. Rio de Janeiro, PUC, Departamento de Economia. Monografia. Orientador: Sérgio Besserman Vianna. Dezembro de 2011. Disponível em: <http:// www.econ. pucrio.br/uploads/adm/trabalhos/files/Philip_Machado_Martins.pdf>. Acesso em: 02/05/2019.

Ministério do Turismo. Diretoria de Estudos Econômicos e Pesquisas do Ministério do Turismo. **Sondagem Empresarial do Setor Hoteleiro no Brasil 2018**. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/sondagem-empresarial.html>. Acesso em: 05/01/2019.

Neri, Marcelo; Camargo, José Márcio; Reis, Maurílio Cortez. **Mercado de trabalho nos anos 90: Fatos Estilizados e Interpretações.** Texto para Discussão nº 743, Rio de Janeiro, IPEA, 2000. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ portal/ images/stories/PDFs/TDs/td_0743.pdf>. Acesso em: 01/02/2018.

Oliveira, Dalila de Andrade. **Das políticas de governo a política de estado:** reflexões sobre a atual agenda educacional brasileira**.** Educação e Sociedade, Campinas, v. 32, n. 115, p. 323-337, abr.-jun. 2011. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 17/11/2017.

Ramos, Guerreiro. Conselho de Desenvolvimento. **Problemas da Micro e Pequena Empresa.** Documento 33. Brasília, 1960. Disponível em: <https://memorial. sebrae. com.br/ historia>. Acesso em: 23/08/2019.

Receita Federal. **Estatísticas do Simples Nacional**. Disponível em : <http://www8. receita. fazenda. gov.br/ SimplesNacional/Aplicacoes/ATBHE/estatisticas Sinac . app/ EstatisticasOptantesPorDataMunicipio.aspx?tipoConsulta=2&optante Simei =1>. Acesso em: 9/11/2017.

Rodrigues, Lea Carvalho. **Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais**. Jan/Jun 2008. Disponível em: <http:// repositorio.ufc.br/ bitstream/ riufc/22510/1/2008_art_lcrrodrigues.pdf>. Acesso em: 20/09/2017.

Rua, Maria das Graças. **Análise de políticas públicas: conceitos básicos**. In: O estudo da política: tópicos selecionados. Brasília: Paralelo 15, 1998.

Santos, Anselmo Luís dos. **Micro e pequenas empresas: mercado de trabalho e implicação para o desenvolvimento** / Anselmo Luís dos Santos, José Dari Krein, Andre Bojikian Calixtre: organizadores. Rio de Janeiro, Ipea, 2012. Disponível em:<http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=arti cle&id=16690>. Acesso em 14/11/2018.

Santos, Carlos Alberto. **Pequenos Negócios: Desafios e Perspectivas - Inovação.** Carlos Alberto dos Santos, coord. Brasília: SEBRAE Nacional, vol. 3, 2012. Disponível em: <https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRO NUS/bds/ bds.nsf /a7dd7d5bcef3f0092cd9f9eac9297ae1/$File/4171-dublin.pdf>. Acesso em: 02/01/2018

Sebrae. **Perfil dos Microempreendedores Individuais 2015.** Sebrae Nacional**,** Brasília, Distrito Federal, 2016. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/ Sebrae/ Portal%20Sebrae/Anexos/Perfil%20do%20MEI%202015.pdf>. Acesso em: 10/12/2018

SEBRAE. **Participação das micro e pequenas empresas na economia brasileira**. Agência Notícias, jul, 2014. Disponível em: <http://www.agenciasebrae.com.br/ sites/asn/uf/NA/em-cinco-anos--numero-de-pequenos-negocios-crescera-43,60 8b0f0fc10f510VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em: 16/11/2018.

SEBRAE. **Anuário do trabalho nos pequenos negócios: 2015**. 8 ed. Brasília, DF, Dieese, 2017. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae /estudos_pesquisas/outros-estudosdestaque18,c61af925817 b3410VgnVCM200 0003 c74010 aRCRD>. Acesso em: 24.04.2019.

Sebrae**. Boletim Estudos e Pesquisas**. Sebrae Nacional, nº 61, dez/2017. Disponível em: <https://m.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/estudos_pesquisas /boletins-de-estudos-pesquisas-ano-2017detalhe50,1b82e33616 8ba510VgnVC M1000004c002100aRCRD>. Acesso em 16/11/2018.

Sebrae. **Empresas familiares.** Sebrae Nacional, Relatório de pesquisa, abril/2017. Disponível em: <http: //www. sebrae . com.br /sites/PortalSebrae /estudos_ pesquisas/outros-estudosdestaque 18,c61af92581 7b3410VgnVCM2 000003c 74 010aRCRD>. Acesso em: 24.04.2019.

Sebrae. **Racionamento de água e consumo de energia.** Sebrae Nacional, 2018. Disponível em: <http://www.bibliotecas.sebrae.com. br/chronus/ARQUIVOS_ CHRO NUS/bds/bds.nsf/418ae675eb4475 fda2a3491eb840d9dd/$File/7852.pdf>. Acesso em: 02/05/ 2019.

Sebrae. **Pesquisa sobre sustentabilidade. Relatório final 2013**. Sebrae Nacional, Brasília, 2014. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/wp-content/ uploads /2017/04/ pesquisa_ sustentabilidade _alta-1.pdf>. Acesso em: 30/04/2019.

Sebrae. **Marco legal e institucional para os pequenos negócios.** Sebrae Nacional, s.d. Disponível em: <https://slideplayer.com.br/slide/2695831>. Acesso em: 10/03/2017.

Sebrae. Em cinco anos, número de pequenos negócios crescerá 43%. Agência Notícias, 09/10/2017. Disponível em : <http:// www.agenciasebrae.com.br/sites /asn/uf/NA/em-cinco-anos--numero-de-pequenos-negocios-crescera-43,608b10f 0fc10f510VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em: 14/03/2018

Silva, Mailliw S. de S. **Crédito direcionado e desenvolvimento econômico: uma avaliação da política de crédito brasileira**. São Paulo, 2018. Teses de doutorado. Disponível em:<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12138/ tde-12062 018-111324/pt-br.php>. Acesso em: 26/03/2019.

Silva, Roseilda Maria da et alli. **Reflexões históricas acerca da divisão social do trabalho e sua relação com a sociedade capitalismo.** in Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social, Florianópolis, 2015. Disponível em: <http://seminarioservicosocial2017. ufsc.br/files/2017/04/Eixo_1_235.pdf>. Acesso em: 20/03/2019.

Sousa, Jânia Maria; Nottigham, Philipe Theóphilo; Gonçalves, Marcos Falcão. **Metodologia para avaliação do Fundo Constitucional de Financiamento para o Nordeste**. Fortaleza, BNB, 2012.

APÊNDICE A

PESQUISA DE CAMPO: AVALIAÇÃO DO PROGRAMA FNE MPE SCRIPT PARA ENTREVISTADORES

OBSERVAÇÕES:

(1) A numeração dos itens deste questionário é continuação à pesquisa documental para facilitar a tabulação e tratamento dos dados;

(2) Este questionário deve ser aplicado junto com a planilha de informações do cliente.

4.0. REGISTRO DE CHAMADAS SEM SUCESSO
4.1. ( ) telefone não atende após 3 tentativas em horários diferentes
4.2. ( ) chamada não conclui após 3 tentativas em horários diferentes
4.3. ( ) número de telefone não existe
4.4. ( ) número de telefone indisponível
4.5. ( ) telefone não é do empreendimento
4.6. ( ) outras_____
5.0. REGISTRO DE CHAMADAS COM SUCESSO
BOM DIA ! MEU NOME É _____E ESTOU FALANDO DO CENTRO DE RELACIONAMENTO COM O CLIENTE DO BANCO DO NORDESTE EM FORTALEZA. O BANCO DO NORDESTE, ESTÁ FAZENDO UMA PESQUISA COM ESTABELECIMENTOS QUE OBTIVERAM FINANCIAMENTO DO FNE. GOSTARIA DE FALAR COM O RESPONSÁVEL PELA EMPRESA _____ _____ _____(VER O NOME NA RELAÇÃO) PARA QUE POSSA RESPONDER A ESSA PESQUISA.

SITUAÇÃO 5.1: A PESSOA ATENDE MAS ELA NÃO TEM CONDIÇÕES DE RESPONDER E VAI CHAMAR OUTRA PESSOA

Após a outra pessoa atender o telefone.

Repete a saudação inicial.

BOM DIA !

MEU NOME É _____E ESTOU FALANDO DO CENTRO DE RELACIONAMENTO COM O CLIENTE DO BANCO DO NORDESTE EM FORTALEZA. O BANCO DO NORDESTE, ESTÁ FAZENDO UMA PESQUISA COM ESTABELECIMENTOS QUE OBTIVERAM FINANCIAMENTO DO FNE. GOSTARIA DE FALAR COM O RESPONSÁVEL PELA EMPRESA _____(VER O NOME NA RELAÇÃO) PARA QUE POSSA RESPONDER A ESSA PESQUISA.

POR FAVOR, COMO VOCÊ SE CHAMA ? _____

QUAL A SUA FUNÇÃO NA EMPRESA ?

5.1.1. ( ) proprietário 5.1.2. ( ) sócio

5.1.3. ( ) gerente 5.1.4. ( ) contador

5.1.5. ( ) empregado 5.1.6. ( ) _____

CONTINUAR, IR PARA O ITEM 6.0.

SITUAÇÃO 5.2: A PESSOA ATENDE MAS ELA NÃO TEM CONDIÇÕES DE RESPONDER. SOMENTE O PROPRIETÁRIO TEM CONDIÇÕES DE RESPONDER MAS ELE NÃO ESTÁ.

QUAL O MELHOR HORÁRIO PARA RETORNAR A LIGAÇÃO E FALAR COM O PROPRIETÁRIO ?

_____Agradeça a colaboração.

Fazer nova tentativa no horário estabelecido.

SITUAÇÃO 5.3: A PESSOA ATENDE E TEM CONDIÇÕES DE RESPONDER

O SENHOR(A) É PROPRIETÁRIO(A) DO EMPREENDIMENTO?

( ) SIM - CONTINUAR, IR PARA O ITEM 6.0.

( ) NÃO

Caso negativo, POR FAVOR, COMO VOCÊ SE CHAMA ? _____

QUAL A SUA FUNÇÃO NA EMPRESA ?

5.3.1. ( ) proprietário 5.3.2. ( ) sócio

5.3.3. ( ) gerente 5.3.4. ( ) contador

5.3.5. ( ) empregado 5.3.6. ( ) _____

6.0. EXPLICAR O OBJETIVO DA PESQUISA E A PESSOA SE RECUSA A RESPONDER

Orientações para o entrevistador:

- se o cliente perguntar o tempo das perguntas: TEMPO APROXIMADO DE 3 MINUTOS;
- se o cliente demonstrar receio de responder informar que NÃO SERÃO SOLICITADAS INFORMAÇÕES DE CARÁTER PESSOAL E TUDO SERÁ MANTIDO EM SIGILO;
- se o cliente demonstrar estar muito ocupado, vá direto para as perguntas.

O entrevistador repete o objetivo da pesquisa: O BANCO DO NORDESTE ESTÁ REALIZANDO UMA PESQUISA SOBRE OS EMPREENDIMENTOS QUE OBTIVERAM CRÉDITO PARA INVESTIMENTO, MESMO QUE JÁ O TENHA LIQUIDADO. NÃO SERÁ SOLICITADO DADOS PESSOAIS, É UMA PESQUISA SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO EMPREENDIMENTO E TODAS AS INFORMAÇÕES SERÃO SIGILOSAS.

Situação onde a ligação foi atendida mas foi dada uma recusa explícita em responder a pesquisa.

6.1. ( ) nunca tirei crédito no Banco do Nordeste.

6.2. ( ) não quero responder a pesquisa.

6.3. ( ) outra forma de recusa _____

7.0. A PRIMEIRA INFORMAÇÃO DESSA PESQUISA É SOBRE OS EMPREGADOS DA EMPRESA

ATENÇÃO: cronometrar o tempo de ligação

ATUALMENTE A EMPRESA POSSUI ....

7.1. QUANTOS EMPREGADOS FORMAIS ? _____ ( ) Nenhum

7.2. QUANTOS EMPREGADOS INFORMAIS? _____ ( ) Nenhum

7.3. QUANTOS EMPREGADOS TEMPORÁRIOS? _____ ( ) Nenhum

7.4. QUANTOS FAMILIARES TRABALHAM NA EMPRESA ? _____ ( ) Nenhum

7.5. OUTROS ? TIPO _____ QUANTOS _____

Observação: a próxima pergunta só deve ser feita no item correspondente a quantidade de empregados sinalizada positivamente no item anterior.

APÓS O FINANCIAMENTO REALIZADO EM _____ (ano da primeira contratação, informado na planilha do cliente) ATÉ HOJE,

7.6. A QUANTIDADE DE EMPREGADOS FORMAIS

7.6.1. ( ) cresceu 7.6.2. ( ) não alterou 7.6.3. ( ) diminuiu

7.6.4. ( ) nunca teve empregados formais.

7.7. A QUANTIDADE DE EMPREGADOS INFORMAIS

7.7.1. ( ) cresceu 7.7.2. ( ) não alterou 7.7.3. ( ) diminuiu

7.7.4. ( ) nunca teve empregados informais.

7.8. A QUANTIDADE DE EMPREGADOS TEMPORÁRIOS

7.8.1. ( ) cresceu 7.8.2. ( ) não alterou 7.8.3. ( ) diminuiu
7.8.4. ( ) nunca teve temporários.

7.9. A QUANTIDADE DE PESSOAS DA FAMÍLIA QUE TRABALHAM NO EMPREENDIMENTO

7.9.1. ( ) cresceu 7.9.2. ( ) não alterou 7.9.3. ( )diminuiu
7.9.4. ( ) não tem familiares na empresa.

8.0. QUANTO A RESPONSABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL

8.1. **O SEU ESTABELECIMENTO UTILIZA ALGUM PROCEDIMENTO PARA PRESERVAÇÃO AMBIENTAL**?

8.1.1. ( ) não

8.1.2. ( ) sim

8.1.2.1 QUAL PROCEDIMENTO JÁ ESTÁ IMPLANTADO?

8.1.2.1.1. ( ) Tratamento de resíduos sólidos

8.1.2.1.2.( ) Separação do lixo orgânico e inorgânico

8.1.2.1.3.( ) Energia alternativa

8.1.2.1.4.( ) Reciclagem

8.1.2.1.5.( ) Reutilização de água

8.1.2.1.6.( ) Consumo racional de água

8.1.2.1.7.( ) Aproveitamento da água da chuva

8.1.2.1.8.( ) Outras _____

9.0. QUANTO A EVOLUÇÃO DA EMPRESA - (explicar o conceito de empresa para a pesquisa) **Entende-se por empresa a matriz e as filiais exceto outras empresas do grupo se for o caso.**

APÓS O FINANCIAMENTO REALIZADO EM _____ ATÉ HOJE,

9.1. A EMPRESA _____(nome da empresa) COMO UM TODO NOS ÚLTIMOS _____ ANOS

9.1.1. ( )cresceu 9.1.2. ( )não alterou 9.1.3. ( )diminuiu

9.1.4.( ) não sabe dizer

9.2. DE UM MODO GERAL, AS VENDAS OU SERVIÇOS PRESTADOS NOS ÚLTIMOS _____ANOS

9.2.1. ( ) cresceram. É possível estimar em termos percentuais?

9.2.1.1. ( ) sim. Quanto?_____

9.2.2. ( ) diminuiram.É possível estimar em termos percentuais?

9.2.2.1.( ) sim. Quanto ? _____

9.2.3. ( ) não houve alteração

9.2.4. ( ) não sabe dizer.

9.3. O TOTAL DE GANHOS DA EMPRESA (FATURAMENTO) NOS ÚLTIMOS _____ANOS

9.3.1. ( ) cresceu. É possível estimar em termos percentuais?

9.3.1.1. ( ) sim. Quanto ? _____

9.3.2. ( ) diminuiu.É possível estimar em termos percentuais?

9.3.2.1. ( ) sim. Quanto ? ____

9.3.3. ( ) não houve alteração

9.3.4. ( ) não sabe dizer.

9.4. O PATRIMÔNIO DA EMPRESA (matriz e filiais exceto outras empresas do grupo) (imóveis, máquinas, veículos e equipamentos)

9.4.1. ( )aumentou

9.4.2. ( )não alterou

9.4.3. ( )diminuiu.

9.5. OS FORNECEDORES (DE QUEM VOCÊ COMPRA)

9.5.1. ( ) aumentaram
9.5.2. ( ) não alteraram
9.5.3. ( ) diminuíram
9.5.4. ( ) não sabe

9.6. OS CONCORRENTES

9.6.1. ( ) aumentaram
9.6.2. ( ) não alteraram
9.6.3. ( ) diminuíram
9.6.4.( ) não sabe

9.7. OS CLIENTES

9.7.1. ( ) aumentaram
9.7.2. ( ) não alteraram
9.7.3. ( ) diminuíram
9.7.4. ( ) não sabe

10.0 FATOS RELEVANTES QUE INFLUENCIARAM NOS RESULTADOS DA EMPRESA - As perguntas abaixo só podem ser respondidas se o proprietário estiver respondendo o questionário, caso contrário passar para o item 11

10.1. APÓS O FINANCIAMENTO ATÉ HOJE, ACONTECEU ALGUM FATO RELEVANTE QUE INFLUENCIOU NEGATIVAMENTE O RESULTADO DO NEGÓCIO?

10.1.1. ( ) Doença pessoal ou na família
10.1.2. ( ) Acidente de carro
10.1.3. ( ) Incêndio
10.1.4. ( ) Prejuízos financeiros
10.1.5. ( ) Prejuízos com máquinas e equipamentos
10.1.6. ( ) Saída de funcionários
10.1.7. ( ) Queda nas vendas
10.1.8. ( ) Perda de fornecedores
10.1.9. ( ) Outros _____

10.2. APÓS O FINANCIAMENTO ATÉ HOJE, O ACESSO A BENS DE CONSUMO E SERVIÇOS NA FAMÍLIA

10.2.1. ( ) cresceu
10.2.2. ( ) não alterou
10.2.3. ( ) diminuiu.

10.3. QUAIS OS BENS ADQUIRIDOS APÓS O FINANCIAMENTO ?

10.3.1. ( ) carro
10.3.2. ( ) imóvel para moradia
10.3.3. ( ) imóvel para lazer
10.3.4. ( ) imóveis para investimento
10.3.5. ( ) eletrodomésticos
10.3.6 ( ) reforma da casa
10.3.7. ( ) outros especificar _____

10.4. O NEGÓCIO RECEBEU ALGUM OUTRO TIPO DE RECURSO ALÉM DO FINANCIAMENTO DO BANCO DO NORDESTE ?

10.4.1. ( ) recursos financeiros
A. ( ) de familiares
B. ( ) de outros bancos
C. ( ) de financeiras
D. ( ) de investidores
E. ( ) de sócios
F. ( ) abriu o capital da empresa
G. ( ) outros _____

10.4.2. ( ) recebeu herança em dinheiro

10.4.3. ( ) recebeu herança de bens

10.4.4. ( ) algum outros recurso não citado: _____

10.5. O SENHOR (A) (perguntar somente se o proprietário estiver respondendo) TEM OUTRAS RENDAS ?

10.5.1.( ) não

10.5.2.( ) sim. Qual tipo ?

10.5.2.1. ( ) a outra renda é maior que a renda retirada do empreendimento

10.5.2.2.( ) a outra renda provém de trabalho informal

10.5.2.3. ( ) a outra renda provém de profissão liberal (médico, advogado, etc.)

10.5.2.4. ( ) a outra renda provém de aluguéis

10.5.2.5. ( ) a outra renda provém de pensão ou aposentadoria

10.5.2.6. ( ) outras _____

10.6 Gostaria ainda de saber se o Senhor percebe que "DEPOIS DO FINANCIAMENTO DO BANCO DO NORDESTE, O SEU EMPREENDIMENTO, A SUA VIDA E DA SUA FAMÍLIA MELHORARAM."

10.6.1. ( ) sim

10.6.2. ( ) não

10.6.3. ( ) Outra_____

11.0. E QUAL A SUA EXPECTATIVA PARA OS PRÓXIMOS 5 ANOS EM RELAÇÃO AO EMPREENDIMENTO? (marcar cada opção ou sim ou não)

11.1.1. investir em novas tecnologias

11.1.1.1. ( ) sim
11.1.1.2 ( ) não

11.1.2. reformar as instalações

11.1.2.1. ( ) sim
11.1.2.2. ( ) não

11.1.3. investir em formação e treinamento

11.1.3.1. ( ) sim
11.1.3.2. ( ) não

11.1.4. ampliar o negócio

11.1.4.1. ( ) sim
11.1.4.2. ( ) não

11.1.5. ampliar a frota de carros

11.1.5.1. ( ) sim
11.1.5.2. ( ) não

11.1.6. diversificar produtos

11.1.6.1. ( ) sim
11.1.6.2. ( ) não

11.1.5. outros investimentos _____

Caso não tenha sido assinalada nenhuma item acima - indagar:

COMO NÃO HÁ PROJETOS PARA INVESTIMENTOS, HÁ INTENÇÃO DE DAR CONTINUIDADE À EMPRESA ?

11.2.1. ( ) sim

11.2.2. ( ) Outra_____

11.2.3. ( ) não - identificar o que pretende ser feito

11.2.2.1. sair do negócio
1.2.2.1.1. ( ) sim
11.2.2.1.2. ( ) não

11.2.2.2. mudar de ramo
11.2.2.2.1. ( ) sim
11.2.2.2.2. ( ) não

11.2.2.3. vender a empresa
11.2.2.3.1. ( ) sim
11.2.2.3.2. ( ) não

11.2.2.4. passar a empresa para familiares
11.2.2.4.1. ( ) sim
11.2.2.4.2. ( ) não

11.2.2.5. Outras _____

Obrigada por sua colaboração!